

- 1 **Data: 26 de maio de 2017.**  
 2 **Horário: 09h às 16h.**  
 3 **Local: Auditório do Hotel Bristol Portal do Iguaçu**  
 4 **Conselheiros membros – Gestão 2016-2019**

	Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	<b>Gestores</b>			
1	Adroaldo Gasparotti de Barros	Presente	Titular	COSEMS
	Carlos Alberto de Andrade	Justificativa	Suplente	COSEMS
2	Sezifredo Paulo Alves Paz	Presente	Titular	SESA
	Maria do Carmo de Oliveira	Presente	Suplente	SESA
3	Guilherme Graziani	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Juliano Schmidt Gevaerd	Justificativa	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
4	Jorge Stoianov Filho	Presente	Titular	Ministério da Saúde
	Elisabete Harumi Morikawa	Justificativa	Suplente	Ministério da Saúde
	<b>Prestadores de Serviços</b>		<b>Condição</b>	<b>Entidade</b>
5	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Justificativa	Titular	ACISPAR
	Luiz Fernando Zanon de Almeida	Presente	Suplente	ACISPAR
6	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Presente	Suplente	FEHOSPAR
7	Maria Aparecida Bertoni Cardoso	Presente	Titular	FEMIPA
	Rosita Márcia Wilner	Presente	Suplente	FEMIPA
8	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificativa	Titular	UEM
	Hermes de Souza Barboza	Justificativa	Suplente	UEM
9	Rita de Cássia Domansky	Presente	Titular	UEL
	Elizabeth Silva Ursi	Justificativa	Suplente	UEL
	<b>Profissionais de Saúde</b>		<b>Condição</b>	<b>Entidade</b>
10	Mauricio Portella	Justificado	Titular	CRF
	José Carlos Tozzeto Vettorazzi	Presente	Suplente	CRF
11	Fabio Stahlschmidt	Presente	Titular	SINDIFAR
	Graciele de Pintor	Justificativa	Suplente	SINDIFAR
12	Rubia Daniela Thieme	Justificativa	Titular	CRN8
	Márcia Maria Arenhart Soares	Ausente	Suplente	CRN8
13	Melissa Sayuri Hoshino	Presente	Titular	CREFITO
	Alexsandra Santos Silva	Presente	Suplente	CREFITO
14	Woldir Wosiacki Filho	Justificativa	Titular	SINFITO
	Elfi Gusava	Presente	Suplente	SINFITO
15	Marcelo Hagebock Guimarães	Presente	Titular	CREF9
	Diego Spinoza dos Santos	Justificativa	Suplente	CREF9
16	Olga Estefânia Duarte Gomes Pereira	Presente	Titular	SINDSAÚDE
	Ana Cristina de Carvalho	Justificativa	Suplente	SINDSAÚDE
17	Irene Rodrigues dos Santos	Ausente	Titular	FESSMUC

	Marcos Aparecido dos Santos	Ausente	Suplente	FESSMUC
18	Palmira Aparecida Soares Rangel	Presente	Titular	FESMEPAR
	Aparecida Benito Pereira	Justificativa	Suplente	FEMEPAR
	<b>Usuários</b>		<b>Condição</b>	<b>Entidade</b>
19	Luiz Américo Delphim	Presente	Titular	SINDIPETRO
	Luciano Zanetti	Justificativa	Suplente	SINDIPETRO
20	Carlos Alberto Gabiatto	Ausente	Titular	FETAEP
	Clodoaldo Gazola	Ausente	Suplente	FETAEP
21	Jonas Braz	Justificativa	Titular	CUT
	Silvana Prestes Araújo	Ausente	Suplente	CUT
22	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	UGT
	Giovane Caetano da Silva	Justificativa	Suplente	UGT
23	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Santo Batista de Aquino	Justificativa	Suplente	SINDNAPI
24	Livaldo Bento	Justificativa	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Ausente	Suplente	MOPS
25	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Justificativa	Suplente	ANEPS
26	Amaury Cesar Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tania Roseli Minusculi	Justificativa	Suplente	DEFIPAR
27	João Maria Ferrari Chagas	Justificativa	Titular	IBDa
	Terezinha Aparecida de Lima	Justificativa	Suplente	IBDa
28	Lívia Diniz Lopes Sola	Justificativa	Titular	FAMOPAR
	Joarez Camargo	Presente	Suplente	FAMOPAR
29	Angelo Barreiros	Presente	Titular	CONAM
	Sergio Ferreira Doszanet	Justificativa	Suplente	CONAM
30	Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento	Justificativa	Titular	FECAMPAR
	Ivo Pedroso	Justificativa	Suplente	FECAMPAR
31	Marcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Maria Cristina Galacho de Souza	Justificativa	Suplente	Pastoral da Saúde
32	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Avila Maria Garrett Savi de Andrade	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
33	Rosalina Batista	Justificativa	Titular	ASSEMPA
	Maria Lucia Gomes	Presente	Suplente	ASSEMPA
34	Sonia Aparecida Pinheiro Pereira	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Erika Pereira de Souza	Justificativa	Suplente	Rede de Mulheres Negras
35	Terezinha Andrade Possebom	Presente	Titular	HUMSOL
	Ellen Aparecida Vasconcellos Cesar	Justificativa	Suplente	HUMSOL
36	Maria Elvira de Araújo	Presente	Titular	ASSEMPA
	Marcos Antonio da Silva	Justificativa	Suplente	IBDa

5  
6  
7

**1. Expediente Interno**  
**2. Ordem do Dia**

2.1 Aprovação da Pauta

8

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora

Encaminhamentos Mesa Diretora:

Justificativas e substituições

Leitura de Expedientes

Informes da Mesa Diretora

1º Assunto: Aprovação da Ata da 241ª Reunião Ordinária de 28 de abril de 2017;

2º Assunto: Relatório Quadrimestral de Gestão/VIGIASUS: Discussão (60'); - Responsável: Coordenadores(as) das Comissões Temáticas.

3º Assunto: Decreto da Lei de Complementaridade: Apresentação (15') e Discussão (30'); Responsável: SESA.

4º Assunto: Relatório mensal da Ouvidoria Estadual de Saúde: Apresentação (15') e Discussão (30'); Responsável: SESA.

5º Assunto: Apresentação do Pedido de Vistas das Conselheiras Olga (SindSaúde) sobre o "Estudo das Ações do Curso de Capacitação de Conselheiros Municipais e Estaduais de Saúde e Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde do Paraná no Período de 2013 a 2016: Apresentação (15'); Responsável: Conselheira Olga.

6º Assunto: Comissões.

9

**3. Informes**

3.1 Informes Gerais.

10 **(F1) Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** "Bom dia, senhores e senhoras. Para dar  
11 início a nossa reunião, vamos fazer nossa verificação de quórum. Peço aos senhores e senhoras,  
12 conselheiros e conselheiras que levantem seus crachás para contagem de quórum. **Sr. Maurício**  
13 **(Secretaria Executiva)** Faz a contagem. "Vinte e dois." **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
14 **(CREF9/Paraná)** "Então temos vinte e dois conselheiros presentes." **Sr. Maurício (Secretaria**  
15 **Executiva)** "Vinte e três." **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** "Vinte e três  
16 conselheiros presentes. Quórum adequado para darmos início a nossa reunião. Antes da aprovação  
17 da pauta, a Mesa gostaria de agradecer a presença do senhor Cecílio Massaneiro Junior e do Sr.  
18 Marcos Tosin, ambos representantes do Ministério Público que estão neste ato, representando  
19 Procurador Marco Antônio Teixeira, então sejam bem vindos e obrigado pela presença. Então vamos  
20 para aprovação da pauta da reunião, a Mesa tem acréscimo de três itens de pauta, ficando então,  
21 primeiro assunto: aprovação da ata da ducentésima trigésima primeira reunião ordinária de vinte e  
22 oito de abril de dois mil e dezessete, segundo assunto, aprovação de Resolução, terceiro assunto  
23 Relatório Quadrimestral de Gestão VIGIASUS para discussão. Quarto assunto, Decreto de Lei de  
24 complementariedade, quinto assunto, Relatório Mensal da Ouvidoria Estadual de Saúde. Sexto  
25 assunto, apresentação do pedido de vistas das conselheiras Olga – SINDSAÚDE sobre o estatuto  
26 das ações do Curso de Capacitação de Conselheiros Municipais e Estaduais de Saúde e Secretarias  
27 Executivas de Conselhos de Saúde do Paraná, no período de dois mil e treze a dois mil e dezesseis.  
28 Sétimo assunto, ratificação de Agenda Mínima e proposição de Agenda Permanente. Oitavo  
29 assunto, visita ao hotel. Nono assunto, Comissões. Alguém tem algum acréscimo de item de pauta?  
30 Sezifredo." **Sra. Rita (HU-Londrina)** "A Comissão de Ética pede ponto de pauta, tá? **Sr. Marcelo**  
31 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** "Ok." **Sr. Manoel (SINDINAPI)** "Também pede ponto de  
32 pauta, na Comissão de Acesso ao SUS." **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** "Só  
33 um minutinho. Falem ao microfone. Só vou pedir para falarem ao microfone, se identificarem, para  
34 gravar, como a Rita fez ali." **Sr. Custódio Rodrigues do Amaral (UGT PR)** "Coordenador da

35 Vigilância, pede ponto de pauta e quem vai falar é o Amaury, sobre o Hospital Oswaldo Cruz.” **Sr.**  
36 **Sezifredo Paz (SESA)** “Conselheiro pela SESA, peço ponto de pauta para falar sobre o Dia Estadual  
37 de Controle da Hanseníase. Que comemoramos hoje.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
38 **(CREF9/Paraná)** “Olga. Por favor, passem o microfone para a Olga.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Eu  
39 solicito pauta sobre a audiência pública do dia trinta e um de maio.” **Sr. Marcelo Hagebock**  
40 **Guimarães (CREF9/Paraná)** “Mais alguém? Então acrescentamos como nono item da pauta, Dia  
41 Nacional da Hanseníase, o décimo a audiência pública e aí as Comissões para o final. Mais alguma  
42 Comissão além das três inscritas? Em regime de votação, os favoráveis a aprovação da pauta da  
43 ordem do dia, levantem os crachás. Por contraste, contrários. Nenhum contrário. Abstenções,  
44 nenhuma abstenção, então aprovada a pauta. Mauricio, justificativas.” **Sr. Maurício (Secretaria**  
45 **Executiva)** “Bom dia a todos e a todas, informando as justificativas para esta reunião. Informamos  
46 que os representantes da FETAEP no Conselho Estadual de Saúde, não participarão da reunião do  
47 dia vinte e seis de maio, em virtude de atividades que são realizadas na Entidade. Hermes de Souza  
48 Barbosa, Terezinha Maria Pauliqui Peluzzo, Terezinha Aparecida de Lima, João Maria Ferrari  
49 Chagas, Jonas Braz, Avila Maria Garret Savi Andrade, Livaldo Bento, Alceu Valdomiro Blaca do  
50 Nascimento, Livia Diniz Lopes Sola, Zuleide Bezerra Dalla Costa, Mauricio Portella, Graciele de  
51 Pintor, Rosalina Batista e Rubia Daniela Thieme. Para esta reunião não temos substituições. Foram  
52 estes os informativos.” **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** “Maria Cristina Galache, passou e-mail hoje  
53 que ela não está muito bem e pediu para justificar.” **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** “Bom dia. Também  
54 justificar do Livaldo Bento pelo MOPS.” **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** “Bom dia a todos. Vamos então  
55 para os informes da Mesa. Documentos recebido no CES/PR, despacho da Mesa. Protocolo  
56 quatorze, quinhentos e vinte e quatro, quatrocentos e treze sete. Resposta da SESA ao Ofício  
57 número sessenta e três dois mil e dezessete Secretaria Executiva/CES/PR sobre Resistência  
58 Microbiana. Providência, encaminhado para a Comissão de Vigilância em Saúde para conhecimento.  
59 Exemplar Livro: Orientação para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria.  
60 Ofício número dezesseis sessenta e oito dois mil e dezessete ASS SMS, resposta ao Ofício Circular  
61 número dezenove dois mil e quatorze Secretaria Executiva CES Paraná, encaminhado para a  
62 Comissão de Assistência e Acesso ao SUS para conhecimento. Ofício oitenta e oito dois mil e  
63 dezessete, do SINDSAÚDE sobre várias demandas, ofício de resposta número dois dois um dois mil  
64 e dezessete Secretaria Executiva CES PR. Ofício Circular número um dois mil e dezessete, Comitê  
65 Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Paraná solicita dois  
66 representantes do CES PR sendo um titular e um suplente, Indicadas Malu como Conselheira Titular  
67 e Terezinha Andrade Possebom como Conselheira Suplente. Foi feito pois a indicação deveria  
68 ocorrer até a data de vinte e dois de maio. Ofício oitenta e dois dois mil e dezessete, FUNEAS  
69 encaminha cópias de demonstrações contábeis referentes ao Exercício de dois mil e dezesseis,  
70 Encaminhado para a Comissão de Orçamento para conhecimento. Ofício zero três dois dois mil  
71 e dezessete MS SEAUD SC, SEAUD encaminha cópia do Relatório Final e Complementar da  
72 Auditoria número quinze trezentos e vinte e sete realizada na CISVIR e na Autarquia Municipal de  
73 Apucarana, encaminhado para a Comissão de Assistência e Acesso ao SUS para conhecimento.  
74 Ofício onze quarenta e seis dois mil e dezessete PROSAU, o MPPR solicita o envio de manifestação  
75 do CES PR sobre o destacado pela SESA sobre o Hospital Oswaldo Cruz, Formada Comissão do  
76 CES PR e SESA e será apresentado parecer no Pleno para posterior resposta ao MPPR. Ofício  
77 número onze meia cinco dois mil e dezessete PROSAU, O MPPR informa que foi instaurado  
78 procedimento para apurar notícia sobre suposto impedimento da Sra. Érika Pereira de Souza ocupar  
79 cargo de Conselheira Estadual de Saúde suplente na entidade. Ofício número dois zero meia  
80 SEAUD Paraná, SEAUD encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria número dezessete cento e  
81 quatro, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Ivaí, para conhecimento, Encaminhado para a  
82 Comissão de Orçamento para conhecimento. Folha de Despacho número zero meia quatro dois mil  
83 e dezessete, Comissão de Saúde da Mulher: Visita ao Hospital Angelina Caron, Formada Comissão

84 do CES/PR e SESA e será apresentado parecer no Pleno para posterior resposta ao MPPR. E-mail  
85 Sonia Rede Mulheres Negras, informa videoconferência dia quinze de maio de dois mil e dezessete:  
86 Saúde da População Negra - Preenchimento do Quesito Raça Cor, enviado e-mail aos Conselheiros  
87 e informe no Pleno. Ofício doze, zero nove dois mil e dezessete PROSAU, MPPR informa sobre  
88 reunião no dia doze de maio às quatorze horas e trinta minutos para tratar de assuntos relacionados  
89 à LDO dois mil e dezessete. Ofício número dois, três, três SEAUD Paraná, SEAUD encaminha cópia  
90 do Relatório Final de Auditoria número dezessete, zero, nove, nove, realizada na SMS de Antonina,  
91 para conhecimento, Encaminhado para a Comissão de Orçamento para conhecimento. Protocolo  
92 número treze, cento e noventa e um, duzentos e vinte e quatro, dois, Respostas do Hospital  
93 Universitário Evangélico de Curitiba, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e Secretaria Estadual  
94 de Saúde do Paraná sobre Relatório de Auditoria número treze zero zero nove realizada no HUEC,  
95 encaminhado para a Comissão de Assistência e Acesso ao SUS para conhecimento. Ofício dois  
96 cinco nove SEAUD Paraná, SEAUD encaminha cópia do Relatório Final de Auditoria número  
97 dezessete cento e oito, realizada na Décima Regional de Saúde de Cascavel para conhecimento,  
98 encaminhado para a Comissão de Assistência e Acesso ao SUS para conhecimento. Protocolo  
99 número quatorze, quinhentos e sessenta e cinco, oitocentos e vinte e dois, cinco, resposta da SESA  
100 sobre o Ofício número meia nove dois mil e dezessete do SINDSAÚDE, Ofício de resposta número  
101 dois dois dois, dois mil e dezessete Secretaria Executiva CES Paraná. Convite da Câmara Municipal  
102 de Curitiba, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba tem a honra de convidar Vossa Senhoria  
103 para participar da discussão sobre o tema Luta Antimanicomial, promovida pela Comissão de  
104 Direitos Humanos. Esse foi realizado no dia dezoito de maio. Ofício Circular cento e três, Secretaria  
105 Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Ofício quatrocentos e setenta e sete, Secretaria  
106 Executiva do CNS, o Conselho Nacional de Saúde convidou a Conselheira Palmira Aparecida  
107 Soares Rangel para participar da nonagésima, ducentésima vigésima quarta reunião ordinária do  
108 CNS a ser realizada no dia oito e nove de junho de dois mil e dezessete, das nove às dezoito horas  
109 no Plenário do Conselho Nacional de Saúde em Brasília. Ofício cinco dezessete da Ouvidora do  
110 Paraná, Secretaria de Estado de Saúde por meio da Ouvidoria estará promovendo em Londrina no  
111 dia vinte e quatro do cinco, promoveu, uma reunião na Macro Regional Norte com Ouvidores de  
112 Saúde Regionais, municípios e Unidades Próprias. Temos a satisfação de convidar um Conselheiro  
113 deste Conselho do Segmento Usuário para participar da Mesa de abertura da reunião. A pessoa  
114 indicada foi a D. Rosalina para participar deste evento. E-mail do Conselho Nacional de Saúde, lança  
115 consulta virtual durante o período vinte e dois de maio a vinte e dois de junho, para a formulação do  
116 Regulamento para realização da Etapa Nacional da Segunda Conferência Nacional de Saúde das  
117 Mulheres. Memorando circular zero zero um dois mil e dezessete, Gabinete do Secretário, assunto:  
118 Terceira Mostra Paranaense de Projetos de pesquisas para o SUS e Segundo Prêmio Inova Paraná.  
119 Prezados Senhores, a SESA está apoiando a realização da Terceira Mostra Paranaense de Projetos  
120 de Pesquisas para o SUS e Segundo Prêmio Inova Saúde Paraná, eventos que serão realizados em  
121 Curitiba no Centro Universitário Autônomo do Brasil, UNIBRASIL, no próximo dia vinte e oito de julho  
122 de dois mil e dezessete. O evento é promovido pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva –  
123 INESCO, com a co-promoção da SESA. Por meio da Escola de Saúde Pública do Paraná, Centro  
124 Formador de Recursos Humanos da SESA, como contrapartida do apoio da Secretaria, a  
125 organização do evento disponibilizou inscrições para serem usufruídas como isenção de pagamento  
126 da taxa de inscrição. A distribuição das inscrições está organizada com base nas quotas  
127 especificadas no anexo um. As diárias de servidores da SESA poderão ser solicitadas nas unidades  
128 de lotação do servidor. Para facilitar o processo de inscrição, solicitamos que os dirigentes de cada  
129 unidade da SESA e das entidades listados no anexo um, organizem seus locais de trabalho a  
130 definição dos participantes do evento, considerando como um critério de seleção de servidores  
131 aqueles que possuírem trabalhos científicos, ou relatos de experiência a serem submetidos a análise  
132 da Comissão Científica Terceira Mostra Paranaense de Projetos de Pesquisas para o SUS, após a

133 definição dos participantes, os dirigentes de cada unidade da SESA e das entidades listados no  
134 anexo um, deverão enviar a lista de servidores indicados conforme modelo descrito no anexo dois,  
135 para o e-mail [espp@sesa.br.gov.br](mailto:espp@sesa.br.gov.br) até dia vinte e seis do cinco. A Escola de Saúde Pública do  
136 Paraná, fará o gerenciamento das possíveis vagas remanescentes. O servidor que tiver se nome  
137 confirmado, deverá realizar sua inscrição no site [www.congressosaudepublica.org.pr.br](http://www.congressosaudepublica.org.pr.br) até o dia dois  
138 do seis de dois mil e dezessete. Aqui está o anexo um e o anexo dois, quem tiver interesse, são dez  
139 vagas para o Conselho. E-mail Associação Fênix referente formação do Terceiro Seminário de  
140 Ações pela Vida, Crianças, Adolescentes, Jovens e Familiares Vivendo e Convivendo com HIV  
141 AIDS, Seminário será realizado vinte a vinte e três de julho dois mil e dezessete em Curitiba. Ofício  
142 oito dois mil e dezessete do Governo do Paraná, da Décima Regional de Saúde. Tendo em vista a  
143 instalação do Comitê de Governança Macro Regional da Rede Mãe Paranaense, convidamos Vossa  
144 Senhoria para reunião a se realizar no dia vinte e cinco de maio dois mil e dezessete, a partir das  
145 quatorze horas. Que foi ontem, com a presença da equipe do nível central da Secretaria de Estado.  
146 Foi solicitado um representante, solicitamos que este Conselho indique a participação de um  
147 representante que faça parte da Macrorregião Oeste, temos que tirar um representante. Candidatos.  
148 Tem a Elvira e a Palmira. Desculpa. Pois não, Palmira.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Só para  
149 esclarecimento, este Comitê se forem reunidos, reuniram todos os diretores daquela regional da  
150 macro, a Macro Oeste, e esse convite, eu não sei se equivocadamente ou o que foi que ocorreu, vir  
151 para o meu Conselho Municipal de Saúde, solicitando um membro representante para fazer parte  
152 deste Comitê que vai ser instituído em Cascavel. Vir para o Conselho Estadual de Saúde. posterior a  
153 isso, eu entrei em contato com a Vanessa na Décima Regional de Saúde e também entrei em  
154 contato com o Mauricio e coloquei que toda e qualquer indicação para representar o Conselho  
155 Estadual de Saúde, tem que partir deste Conselho. E também lembrei que na nossa Macro Oeste,  
156 tem eu, a Maria Elvira e tem mais uma Conselheira que é da região de Beltrão que também faz parte  
157 da Macro Oeste. Eu sou representante trabalhador sim, a Maria Elvira é usuário e a Tania é usuário.  
158 Só que pegando o gancho dos gastos de representatividade de conselheiros, eu queria estar  
159 colocando meu nome à disposição participar deste Comitê, considerando que vai ser em Cascavel e  
160 é um Comitê que será instituído em Cascavel e eu sou Conselheira de Cascavel. Agora, nada  
161 impede que este Conselho aprove o nome da Maria Elvira ou da Tania que também é de Beltrão que  
162 também é Conselheira. Apesar dela ser suplente. Só que como é um Comitê instituído na Macro  
163 Oeste e se tiver gasto, vai ter que ter gasto, seja com ele titular ou com suplente, eu também coloco  
164 o nome da Tania.” **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** “Mais alguém? Maria Elvira.” **Sra. Maria Elvira**  
165 **(ASSEMPA)** “Eu coloco meu nome à disposição, mas independente de ter gasto, Cascavel é tão  
166 pertinho, mas precisa também ver o cronograma deles, porque a gente é tão ocupada. Eu não sou  
167 contra que a Palmira, quiser ficar, continuar no Comitê. Eu retiro aí meu nome.” **Sr. Rangel**  
168 **(FEHOSPAR)** “Então retirado o nome. A Palmira como representante.” **Sr. Marcelo Hagebock**  
169 **Guimarães (CREF9/Paraná)** “Pessoal, como é um representante, as três pessoas já foram  
170 nominadas, que são da região da Macro Oeste. A Maria Elvira já retirou seu nome, nós teríamos a  
171 Palmira e a Palmira tinha indicado a Tania?” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Tania.” **Sr. Marcelo**  
172 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Entendo que como a Tania, ela não está presente hoje, a  
173 gente não sabe como é a disponibilidade dela e a Palmira é da região de Cascavel e a reunião será  
174 em Cascavel, que a gente referende o nome da Palmira para este Comitê. Se assim o Pleno estiver  
175 de acordo. Não havendo manifestação, vamos colocar em votação então. Os favoráveis então, a  
176 indicação da Conselheira Palmira para compor este Comitê levantem os crachás.” **Sr. Maurício**  
177 **(Secretaria Executiva)** Faz a contagem. “Vinte e cinco.” **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** “Vinte e cinco  
178 favoráveis, contrários, nenhum, abstenção, aprovado. Nós recebemos também um documento do  
179 Tribunal de Contas questionando as hospedagens e refeições dos suplentes. Nós vamos entrar em  
180 contato com eles, a Mesa, o Presidente Marcelo, para estar conversando, marcar uma reunião, para  
181 estar conversando para entender melhor esta situação e para ver se a gente possa conduzir da

182 forma melhor. Marcelo, quer?” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Então nós  
183 recebemos uma solicitação de orientações de como é feito o custeamento de almoço e de  
184 hospedagem dos conselheiros que o Tribunal de Contas, como a PGE tinha levantado um outro  
185 momento. O Tribunal de Contas também está fazendo este levantamento e até como uma forma de  
186 questionamento do pagamento de almoço, principalmente almoço para os conselheiros que são  
187 suplentes, e ele até faz um questionamento sobre também, os servidores públicos, que tem vínculos  
188 públicos. Servidores federais, estaduais e municipais. Até a Mesa conversou, a gente recebeu este  
189 documento ontem, então a gente conversou ontem, até por enquanto para a gente ter o melhor  
190 entendimento da posição do Tribunal de Contas, o que eles estão questionando, precisamente na  
191 parte do servidores públicos que são conselheiros, a Mesa, os que são de Curitiba, precisamente eu  
192 e o Guilherme, a gente nem iremos almoçar hoje aqui para evitar, até um melhor esclarecimento do  
193 Tribunal de Contas, para não ter nenhum problema futuro, então, isso a gente já não almoçou ontem  
194 também, e não iremos almoçar hoje aqui no hotel, até a gente conseguir fazer uma reunião com o  
195 Tribunal de Contas e ter um melhor esclarecimento sobre esta situação. Sabendo que o Tribunal de  
196 Contas é o órgão que fará toda a controladoria da questão das despesas financeiras do Conselho  
197 Estadual. Então a gente está dando um informe inicialmente para os conselheiros, até a gente  
198 conseguir conversar com o Tribunal de Contas e poder esclarecer melhor esta situação demandada  
199 por eles. Palmira.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Marcelo, eu gostaria que você lesse esse documento  
200 que veio do Tribunal de Contas porque eu acho que, eu enquanto Conselheira, eu acho que a partir,  
201 aqui tem membros do Ministério Público que eu acho que também tem muito mais entendimento do  
202 que nós. Eu acho que a partir do momento que o Conselheiro é um cargo, uma função de relevância  
203 pública e para desenvolver esta função, ele tem todo e qualquer direito pelo menos para sua  
204 manutenção. E alimentação é uma delas. Você está proibindo, não estou falando que você está  
205 proibindo, eu não estou, estou falando você, você estar sendo cerceado ou está dando a entender  
206 que você está sendo cerceado do direito de se alimentar em exercício da tua função que é de  
207 relevância pública, é mesma coisa que você cercear o direito de ir ao banheiro.” **Sr. Marcelo  
208 Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Palmira então é assim, na verdade, o que eu coloquei é  
209 que uma decisão minha.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Eu, enquanto representante de trabalhador,  
210 mesmo sendo do interior e estando desenvolvendo esta função de relevância pública, também não  
211 almoçarei no hotel. Porque ontem, eu já não almocei, pela distância, eu acho que é muito longe e  
212 para mim estar me locomovendo de lá até aqui eu já não almocei. Hoje eu também em relação a isso  
213 também não estarei almoçando, porque tanto eu quanto vocês estamos desenvolvendo uma função  
214 de relevância pública.” **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** “Só como esclarecimento Palmira, a questão  
215 assim, a opção, entre eu e o Marcelo fazer é porque somos de Curitiba, porque no entendimento, eu  
216 concordo com o que você está falando, só para esclarecimento, calma. Não é questão de cercear,  
217 eu prefiro almoçar aqui do que pagar almoço, fique tranquila quanto a isso, a questão é que o  
218 entendimento é não darmos margem para que ocorra algum questionamento futuro. Antes da gente  
219 solicitar mais informações para o Tribunal de Contas nós estamos passando para vocês como  
220 informação.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Então leia este documento.” **Sr. Rangel (FEHOSPAR)**  
221 “Posso terminar de falar? Então espere, eu esperei você terminar de falar, então você espera. (F2)  
222 nós vamos ler o documento, agora você espera eu falar. Ok? Nós optamos entre nós que somos de  
223 Curitiba aqui da Mesa. Ok? Nós estamos explicando, agora nós estamos como informes para vocês.”  
224 **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Então pessoal, só para esclarecer. O Tribunal  
225 de Contas ele pede informação sobre os conselheiros estaduais de saúde, em alguns quesitos. Por  
226 exemplo: eles perguntam qual é o domicílio de cada Conselheiro da Gestão dois mil e dezesseis,  
227 dois mil e dezenove para saber quem é Curitiba, quem é de fora do município onde é feito a reunião.  
228 Aí eles solicitam uma informação se, dentro destes conselheiros que compõe esta Gestão, quais  
229 deles tem vínculo com administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, e qual é este  
230 vínculo. E aí eles só solicitam estes documentos para maiores esclarecimentos sobre funcionamento

231 do Conselho Estadual. Então assim, ele não está cerceando direito, tá? Mas, uma decisão do  
232 Marcelo, uma decisão do Guilherme, que somos de Curitiba, na reunião de hoje, nós não iremos  
233 almoçar até um esclarecimento do Tribunal de Contas, para evitar, porque, hoje como estamos na  
234 Mesa a gente responde também, sobre esta situação. Então, a gente está, para evitar qualquer  
235 futuro problema para nós. O Luiz e depois o Sezifredo.” **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)**  
236 “Sobre este assunto ainda, Marcelo, eu entendo o seguinte Marcelo, até compreendo a posição de  
237 vocês dois, mas entendo que a posição não pode ser de vocês dois, tem que ser do colegiado todo.  
238 E vocês são nossos representantes. Eu acho que a hora que você abre mão de um direito teu, sem o  
239 colegiado estar participando e dando ou não dando direito para você de almoçar, ir no banheiro, não  
240 pegar condução, vir de ônibus, vir a pé, eu acho que o colegiado devia, não é que eu queria que o  
241 colegiado escolha teu posicionamento. Mas o colegiado tem que tomar um posicionamento do  
242 Conselho inteiro. Do Pleno inteiro. Essa é a minha posição.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
243 **(CREF9/Paraná)** “Sonia. Amauri. ” **Sra. Sonia (Rede de Mulheres Negras)** “Também faço jus as  
244 palavras do companheiro Luiz, tem que ser a decisão no coletivo e vocês como representante nosso,  
245 se for o caso, então, nós vamos ter que ficar todos sem alimentação.” **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)**  
246 “Bom dia a todos e a todas, eu acho que o assunto é bastante delicado, porém eu vou nessa linha  
247 também, Mesa, Conselho, convidados, amigos do Controle Social do Estado do Paraná. Algumas  
248 decisões nós temos que ter elas coletivamente. A partir do momento que a Mesa está disposta desta  
249 forma, por escolha deles mesmo, mas nos comunicando que irão tomar esta posição, eu faço aquela  
250 pergunta, para eles chegarem nestas perguntas: houveram alguns excessos? Houve alguma coisa  
251 que foge da governabilidade deste Conselho? Então, se isto houve, aí a gente vai ter que novos,  
252 apurar. Se a ideia dos dois é exatamente preservar alguma coisa, eu acho que o encaminhamento  
253 não seria estes companheiros, na verdade o coletivo precisa sim, nós somos pessoas de interior e o  
254 Delphim foi a pessoa certa para dizer “eu vou almoçar sim” essas questões são básicas. Ninguém  
255 está comendo a la carte, ninguém está comendo no restaurante francês e assim, nós vamos ter que  
256 adequar nossos horários. Então a reunião vai até meio-dia, nós vamos ter que tomar outra posição.  
257 Não é fazendo greve. Greve quem faz são os sindicatos, lá trás tem história de sindicato fazendo  
258 greve de fome e tal. Mas, a questão aqui é outra. Se nós somos defensores do SUS e estamos  
259 numa defesa, acho que vocês devem repensar a decisão de vocês, até porque somos parte de um  
260 Conselho onde somos um colegiado e vocês foram eleitos. Nós tivemos a grata satisfação de  
261 coloca-los aí, então, na verdade não é uma decisão só dos senhores não. A gente vai questioná-los  
262 porque a ação dos senhores podem replicar em muita gente do interior. E daí como é que fica?” **Sr.**  
263 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Ok. Então, nós temos inscritos ainda. Vamos  
264 adiantar o assunto senão a gente não dá conta da pauta. Sezifredo, Olga, Alexsandra, Rita, Palmira,  
265 se inscreveu também? E Palmira. Podemos encerrar as inscrições para podermos avançar no  
266 assunto? Então, encerramos as inscrições. Nesta sequência: Sezifredo, Olga, Alexsandra, Rita e  
267 Palmira.” **Sr. Sezifredo Paz (SESA)** “O Tribunal de Contas tem questionado, e não é  
268 questionamento dirigido só ao Conselho. Mas, também até nós mesmos da SESA em relação a  
269 eventos, que funcionários públicos recebem diária e vêm aos eventos e aí acabam recebendo  
270 comida, então, é bom que esclareça isso. É dirigido, não há nenhum questionamento às entidades,  
271 ou servidores, aliás, segmentos de usuários ou trabalhador que participam de eventos deliberativos  
272 ou não. Então, nós da SESA até por precaução, a gente também tem adotado o seguinte: eventos  
273 que envolvem servidores públicos sejam municipais, estaduais, federais, a gente agora está  
274 restringindo aqueles que não recebem diária. Às vezes, tem municípios que vem para eventos nas  
275 regionais e o servidor, não recebe diária do município, por algum motivo, não tem o dinheiro ou o  
276 gestor resolveu que não iria dar a diária, então a gente agora está fazendo em todos aqueles  
277 formulários que a gente assina, uma declaração de que ele não recebeu diária. Então é bom  
278 esclarecer isso, porque parece que seria uma coisa dirigida somente ao Conselho. De fato, pode ter  
279 havido algum abuso a gente sabe, então por isso a gente tem que ter esta preocupação. Até estava

280 conversando com o representante do COSEMS que é secretário municipal de saúde, orientando ele  
281 que se ele veio com diária, ele realmente não almoçar, porque isso pode dar problema para ele e até  
282 para nós. Então, é só para esclarecer. Nós da SESA temos uma orientação aos nossos servidores e  
283 isso cabe ao Maurício que é da Secretaria Executiva, como nós somos residentes em Curitiba, ou  
284 mesmo que venha um funcionário da SESA, do interior, mas se ele vier com diária, e todos vêm, aí a  
285 gente pede que eles também não almocem. É essa razão do Tribunal de Contas. Uma outra coisa  
286 que eu acho importante vocês saberem, quando for Conferência, nós chegamos a discutir e  
287 chegamos à conclusão, que nos casos das conferências, a gente não vai, claro restringir, mas  
288 também vai tomar precaução em relação aos nossos servidores quando tiver almoço ou esse tipo de  
289 questão. Inclusive segunda-feira, nós temos reunião com todos os diretores e nós vamos passar  
290 essa situação mais pormenorizadas para eles.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)**  
291 “Olga.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Eu acho que o Sezifredo esclareceu que é a questão de  
292 duplicidade de recebimento de infraestrutura e condições para participar dos eventos. Acho que isso  
293 é perfeito. Acho que tem que ter o princípio da moralidade e ter um cuidado muito grande com a  
294 questão do gasto público. Só queria dizer para o Marcelo e para o Guilherme que houve uma  
295 consulta, um levantamento, até o presente momento ele, o Tribunal de Contas não criou nenhuma  
296 norma relacionada a esta questão a alimentação. Acho muito justo que vocês façam o que vocês  
297 entendem que devam fazer, mas eu entendo que não houve nenhuma manifestação no sentido  
298 contrário, e se vocês estão prevenindo qualquer comportamento de ilegalidade, saibam que se fosse  
299 ilegal, vocês já estariam na ilegalidade, todos nós estaríamos, considerando que nós sempre  
300 almoçamos no local do evento, com exceção do SINDSAÚDE onde tem as reuniões de comissões  
301 que é no centro da cidade e tem vários restaurantes e é o sindicato que paga nossa alimentação  
302 mas não tem problema. Aqui é meio distante, mas a gente consegue encontrar também. Então, o  
303 SINDSAÚDE declara que não fará a partir de hoje a sua alimentação na reunião do Conselho.” **Sr.**  
304 **Guilherme (FUNSAÚDE)** “Alexsandra.” **Sra. Alexsandra (CREFITO8)** “No mês passado foi o  
305 primeiro mês que eu almocei aqui como suplente. E eu observei que eles não anotam estes dados, o  
306 nome do Conselheiro, que é suplente e que está pagando, porque eu paguei a minha refeição, foi  
307 trinta e poucos, tenho o comprovante, enfim, então acho que fica uma sugestão para que se anote  
308 os nomes dos conselheiros que almoçam aqui, mas que pagam do seu próprio bolso, para que  
309 futuramente, quando for necessário fazer algum tipo de prestação de contas, isso aconteça, porque  
310 em momento algum perguntaram meu nome ou fizeram qualquer tipo de anotação na qual eu  
311 pudesse comprovar que eu enquanto suplente paguei minha alimentação do meu próprio bolso.” **Sr.**  
312 **Guilherme (FUNSAÚDE)** “Só como esclarecimento, se o nome não está na lista, você assinou a  
313 lista?” **Sra. Alexsandra (CREFITO8)** “Não.” **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)** “Então é essa a ideia, daí  
314 não tem problema. O problema seria se você assinasse a lista.” **Sra. Alexsandra (CREFITO8)** “Ah  
315 eu entendo, mas como sou Conselheira, suplente, eu paguei, não teria teoricamente como eu estar  
316 comprovando isso.” **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)** “Nós somos obrigados a comprovar quem está na  
317 lista. Quem está fora da lista, tem pessoas do hotel que almoçam lá.” **Sra. Alexsandra (CREFITO8)**  
318 “Entendi, obrigada.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Rita.” **Sra. Rita (HU-**  
319 **Londrina)** “Eu me senti contemplada na fala do Sezifredo.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Bem, diante  
320 da leitura do documento, e da fala do Sezifredo o meu entendimento é que provavelmente deve ter  
321 tido algum excesso em algum evento. Certo? Não necessariamente que seja neste Conselho. Só  
322 que quando eu coloco que o Marcelo e o Guilherme vão deixar de almoçar no local do evento onde  
323 ele está desenvolvendo um papel de relevância pública ele abre uma prerrogativa para que os outros  
324 conselheiros que estão aqui também, futuramente, porque a partir do momento que a gente abre  
325 mão de um direito no qual não estamos infringindo, nós não estamos infringindo direito algum, certo?  
326 Nós não estamos infringindo, abre uma prerrogativa para que este direito que nós conquistamos lá  
327 no passado, ele seja deixado de existir posteriormente, certo? Porque se alguns abrem mão, todos  
328 podem abrir mão. Isso é um direito que foi conquistado. Isso aconteceu quando foi aberto mão lá

329 trás, a questão da representatividade dos suplentes na reunião deste Pleno. Porque? A reunião  
330 deste Pleno muitas vezes, ela é esvaziada, principalmente as reuniões da Comissão, porque não  
331 temos os suplentes participando conosco. Nós temos que estar participando efetivamente, nós não  
332 podemos ter uma dor de cabeça, nós não podemos ter nada. Nossas reuniões das comissões estão  
333 esvaziadas em relação a isso, porque o que acontece, a reunião da Mesa Diretora que é no mesmo  
334 dia das reuniões. É uma reunião de Comissão de ética que acontece no mesmo dia das reuniões.  
335 Nós somos pessoas que não podemos nos multiplicarmos. Entre aspas, nos tornarmos duas  
336 Palmiras, dois Guilhermes, dois Marcelos. Então o que está, eu acho que em relação a isso, antes  
337 de qualquer outra coisa, o fato de não almoçarmos aqui, que eu também não vou almoçar, de não  
338 almoçarmos aqui, se a Mesa, se o Mauricio, se o Marcelo e o Guilherme tomar este posicionamento,  
339 eu enquanto representante trabalhador, e a Olga se colocou que não estará almoçando, nós vamos  
340 estar tirando o direito posteriormente que temos adquiridos de almoçarmos no local do evento.  
341 Certo? Só que vale lembrar, que essa ação pode trazer posteriormente sanções a quem de fato tem  
342 direito e um direito adquirido, ok?" **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** Só lembrando o horário que os  
343 conselheiros vão para o aeroporto às dezesseis horas a Palmira, às dezenove horas a Maria Elvira,  
344 às vinte horas o Amaury, Clarice, Fabio, Maria Bertoni, Custódio, Manoel, eu e o Angelo. Reforçando  
345 o horário de *check out* do hotel é às doze horas, obrigado. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
346 **(CREF9/Paraná)** "Sonia e Luiz Américo pediram a palavra. **Sra. Sonia (Rede de Mulheres Negras)**  
347 Eu não ia vir para essa reunião deste Pleno porque eu tinha uma atividade nacional, então eu não  
348 pedi a passagem porque eu estava indo para a Nacional, mas em virtude dessa atividade ser  
349 transferida para seis a oito de junho, eu vim de Brasília para cá para participar desta reunião e como  
350 não foi pedido mas eu quero informar que teve a lista da Comissão, eu não assinei porque estava  
351 com justificativa e hoje como não estava, eu assinei e também vou voltar de ônibus e o meu horário  
352 é às dezessete e trinta. **Sr. Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** O horário que sai o  
353 ônibus, Sonia ou o horário que você sai daqui? **Sra. Sonia (Rede de Mulheres Negras)** Não, horário  
354 que sai o ônibus. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Então, provavelmente é o  
355 horário do ônibus que sai daqui umas quatro e meia, também né? **Sr. Luiz Américo Delphim**  
356 **(SINDIPETRO)** Eu só não entendi o começo da leitura do Rangel de um convite que foi a D.  
357 Rosalina, bem no início... **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Então foi recebido  
358 um ofício para indicação de um evento que teve no dia vinte e quatro de maio que era uma reunião  
359 para capacitar os ouvidores de saúde na atribuição com acolhimento do SUS. Essa reunião foi em  
360 Londrina e foi solicitado a indicação de um representante do Conselho Estadual do Segmento  
361 Usuários da Região de Londrina. Isso a gente recebeu quase na data do Evento e aí foi indicado a  
362 D. Rosalina para participar desse Evento. **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** Mas só foi uma  
363 pessoa, isso? **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Era só uma pessoa, só. **Sr. Luiz**  
364 **Américo Delphim (SINDIPETRO)** Tá. Eu só gostaria que... eu estou nesse Conselho aqui há um  
365 ano e pouco e eu sei que a Mesa é nova... eu gostaria de tentar, não tem somente eu mais tem  
366 muitos pares aí que gostariam de participar mais, e quando não for regionalizado, e se houvesse a  
367 consulta para outros pares porque senão a gente vai passar o nosso período aqui e não vai aprender  
368 porque aqui é um ensinamento, e eu acho que estou andando, estou aprendendo, gostaria de ser  
369 consultado quando fosse questões nossas aqui. Muito obrigado. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
370 **(CREF9/Paraná)** Ok, Luiz. Aprovação da Ata da ducentésima quadragésima primeira reunião  
371 ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e dezessete, desculpa Olga!, Olga? **Sra. Olga**  
372 **(SINDSAÚDE)** Só corroborando que em Londrina a gente tem outras conselheiras, inclusive a Sonia  
373 que é Conselheira aqui que está iniciando no processo de participação aqui do Controle Social, tem  
374 a Rita que também está iniciando neste processo de participação no Controle Social e eu já havia  
375 solicitado no ano passado que quando tivesse essa situação, que fosse consultado os membros da  
376 tal Comissão que diz respeito ao assunto, porque assim, eu acho que o Delphim está coberto de  
377 razão, ou nós abrimos espaço para as pessoas que estão vindo agora para poderem se empoderar,

378 ou nós vamos manter sempre as mesmas pessoas participando de tudo. Em Londrina tem mais duas  
379 pessoas, então acho que é importante considerar isso, sabe Mesa. Obrigada. **Sr. Marcelo**  
380 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Olga, então para esclarecimento: eles pediram do  
381 Segmento Usuário. A Rita não poderia ir porque é Prestador. A Sonia estaria num evento lá em  
382 Brasília, a data era no dia vinte e quatro que era a data em que ela havia encaminhado *e-mail* para o  
383 Conselho que ela não iria na reunião ontem, porque ela estaria num evento em Brasília. Como é que  
384 a gente vai indicar a Sonia nessa situação se ela não estaria em Londrina, então só para esclarecer  
385 porque foi feita a indicação da D. Rosalina. Claro que se tivesse possibilidade da Sonia ir poderia ter  
386 sido a indicação da Sonia. **Sra. Sonia (Rede de Mulheres Negras)** É só consultar, eu não fui  
387 consultada, é claro que vocês já sabiam, a minha justificativa já estava na Secretaria, mas não  
388 custava dar um telefonema e perguntar, mas nas próximas a Mesa poderia consultar os demais e  
389 mesmo que a D. Rosalina vai estar representando nós, mas talvez se eu estivesse naquele momento  
390 também poderia ir enquanto participante, ouvinte, alguma coisa assim. **Sr. Marcelo Hagebock**  
391 **Guimarães (CREF9/Paraná)** Então acatadas as sugestões, primeiro assunto então, aprovação da  
392 Ata da ducentésima quadragésima primeira reunião ordinária. Algum questionamento da Ata?  
393 Alguma colocação? Olga, mais alguém? Então Olga! **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** Como foi justificada a  
394 participação do SindSaúde no evento do dia vinte e oito de abril e nós não estivemos presentes aqui  
395 e houve a aprovação da data da reunião anterior eu gostaria de ter acesso da gravação da reunião  
396 de março, porque em abril foi aprovada a de março, entendeu? **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)**  
397 Olga, tem também condições de encaminhar um *e-mail* para a Secretaria Executiva? Nós  
398 disponibilizamos esse áudio para você, por favor. **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** Sim, com certeza, nós  
399 encaminharemos Maurício. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Mas algum  
400 levantamento em relação à Ata passada? Em regime de votação então, os favoráveis à aprovação  
401 da Ata da ducentésima quadragésima primeira reunião ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e  
402 dezessete, levantem os crachás. Vinte e cinco votos favoráveis à aprovação. Contrários? Nenhum  
403 contrário. Abstenções? Duas abstenções. **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** Tem um dado  
404 na Ata anterior que como eu não estava presente me pareceu dúvida, eu gostaria de ouvir a gravação  
405 para depois consolidar o meu voto. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Então,  
406 próximo assunto da pauta: Aprovação de Resolução. **Rangel (FEHOSPAR)** Resolução CES PR...  
407 Considerando a Resolução CES PR número zero zero dois dezessete que aprova o Regimento  
408 Interno da Primeira Conferência Estadual de Saúde da Mulher o artigo sexto, do Capítulo quarto dos  
409 Trabalhos em Grupo para a primeira Conferência Estadual de Saúde da Mulher da Resolução CES  
410 PR número zero zero dois de dois mil e sete resolve: artigo primeiro. Acrescentar os parágrafos  
411 primeiro e segundo no artigo sexto da Resolução CES PR número zero zero dois dezessete com o  
412 seguinte texto: parágrafo primeiro: nos Grupos de Trabalho e na Plenária Final será possível compor  
413 duas ou mais propostas em uma única redação. Parágrafo segundo. Nos Grupos de Trabalho da  
414 Plenária Final não será possível propor novas propostas ou sugerir alterações que modifiquem o  
415 texto da proposta original. Artigo segundo. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
416 Curitiba vinte e seis de maio de dois mil e dezessete. Marcelo Hagebock Guimarães, presidente do  
417 CES PR. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok, pessoal! Esclarecimentos? Então  
418 em regime de votação pela aprovação desta Resolução, os favoráveis levantem os crachás. Vinte e  
419 três votos favoráveis. Contrários à Resolução? Nenhum voto contrário. Abstenções? Quatro  
420 abstenções. Então a Resolução está aprovada. **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** Declaração de voto. Nós  
421 não recebemos o documento antes para poder analisar, então fica difícil de aprovar, as  
422 justificativas... não recebeu antes fica difícil de analisar. **Marcelo Hagebock Guimarães**  
423 **(CREF9/Paraná)** Ok. Próximo assunto: Relatório Quadrimestral de Gestão e VigiaSUS. Os  
424 Coordenadores das Comissões discutiram ontem esse assunto nas suas Comissões, para trazer  
425 para discussão hoje no Pleno, o que foi feito nas Comissões ontem. Vamos por ordem das  
426 Comissões. Comissão de Acesso e Assistência ao SUS, seu Manoel. **Sr. Manoel (SINDINAPI)**

427 Coordenador da Comissão de Acesso e Assistência ao SUS. Eu estava vendo aqui, porque a  
428 reunião foi um pouco complicada, então a menina demorou um pouco inclusive para fazer o relatório,  
429 está me entregando o relatório aqui, eu só quero para passar eu para em seguida, para mim poder  
430 tomar conhecimento para eu poder relatar. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok,  
431 depois a gente volta para a Assistência e Acesso ao SUS. Comissão de Saúde Mental.(F3) Quem é  
432 Coordenador da Comissão de Saúde Mental? Orçamento? Rangel! **Rangel (FEHOSPAR)** Ontem foi  
433 apresentado o RAG na Comissão de Orçamento pelo Olavo e pelo Mario, houve alguns  
434 questionamentos e algumas orientações, umas sugestões na verdade, para melhorar esse Relatório  
435 na próxima apresentação. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Então, a parte da  
436 Comissão de Orçamento, o RAG foi aprovado, foi deliberado...Olga. **Olga (SINDSAÚDE)** Nós  
437 fizemos a discussão lá na Comissão de Orçamento e apontamos que houve uma diminuição do  
438 Orçamento destinado para a Saúde da ordem de quatorze por cento, se a gente olhar o total  
439 orçamentário que foi disponibilizado e que isso não está constando no Relatório e a disponibilidade  
440 orçamentária, então nós temos lá quatro bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, setecentos e  
441 vinte e seis mil, que é o total orçamentário. E a disponibilidade que é quatro bilhões e vinte e dois  
442 mil, cento e sessenta e cinco, novecentos e nove reais, então houve uma diminuição de quatorze por  
443 cento no orçamento destinado para a Secretaria de Saúde para este ano. A gente discutiu essa  
444 questão do contingenciamento. E colocamos que há orçamento suficiente para que isso não  
445 aconteça para a Secretaria de Saúde. Nós colocamos lá os cálculos que sem ICMS vincendo, nós  
446 temos cinco vírgula oito por cento de aumento na arrecadação de janeiro a abril desse ano e com  
447 ICMS vincendo, nós temos nove vírgula cinco por cento de orçamento disponibilizado. Então, nós  
448 não entendemos por que razão o Governo do Estado do Paraná está restringindo o Orçamento para  
449 a Saúde, essa foi uma das discussões que a gente colocou e também pedimos que o Relatório  
450 Quadrimestral ele venha mais detalhado. Foram estas as anotações que o Rangel estava colocando  
451 ali, mas que assim Marcelo, só para esclarecimento: não existe deliberação na Comissão, a gente  
452 faz a discussão e faz os apontamentos. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Obrigado  
453 pelas colocações Conselheira Olga, é... eu até comentei, falei e ia retratar, peço desculpas, não é  
454 aprovação porque também o RAG não está para ser votado. Eram as deliberações da Comissão de  
455 Orçamento. O que foi pautado então, o que a Olga trouxe da Comissão de Orçamento, já gente  
456 encaminha esses pontos que já foi feito na Comissão, mas encaminha para o setor responsável para  
457 fazer os apontamentos na próxima apresentação do RAG na parte da Comissão de Orçamento.  
458 Amaury. **Amaury (DEFIPAR)** A única coisa que eu queria fazer um questionamento quando da  
459 condução da Comissão de Orçamento é que nós temos no nosso Regimento que a Ata deve ser  
460 elaborada ao final da reunião e ontem quando nós questionamos que, a Olga também, para que  
461 fosse feito a Ata, para a gente acompanhar o que seria apresentado aqui, o relator simplesmente  
462 disse que não iria abrir precedente. Abrir precedente de fazer a Ata no final da reunião que está no  
463 Regimento, eu não estou entendendo qual é esse precedente. Precedente é não fazer Ata? Se fizer  
464 Ata é abrir um precedente, é isso? Tem algum engano aí. A Ata tem que ser discutida na reunião  
465 como ela vai ser elaborada, aprovada. Nós não vimos a Ata até agora do que foi discutido na reunião  
466 de ontem. Então, precisa se organizar melhor essa Comissão de Orçamento. E ontem nós  
467 terminamos a reunião às dez horas. Tinham duas horas para fazer a Ata. **Marcelo Hagebock**  
468 **Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok. Foi anotado o posicionamento dos membros da Comissão e a  
469 Mesa está de acordo que a Ata tem que ser feita e que os Conselheiros podem participar da leitura e  
470 até da construção da Ata dentro do que foi discutido na Comissão. Comissão de Comunicação e  
471 Educação Permanente para o Controle Social, foi discutido o RAG lá ontem, alguém tem alguma  
472 colocação? Marcia Zambrim? Relatório Quadrimestral. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** Nós  
473 tivemos a apresentação, embora nós estivéssemos em duas conselheiras para assistir a  
474 apresentação e mesmo assim foi feita a apresentação pela Ouvidoria, o Yohhan fez a apresentação  
475 para nós e foi sem ressalvas da Comissão, que a Ouvidoria apresentou até além do que estava

476 proposto. Tivemos a apresentação também da Escola de Saúde Pública, também sem ressalva  
477 porque elas nos explicaram que os Cursos que vão sendo dados não podem paralisar. **Marcelo**  
478 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Márcia, só vamos nos ater que a gente está discutindo o  
479 Relatório Quadrimestral. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** É a respeito disso. Foram as  
480 apresentações. E tivemos a apresentação também do CES que foi o Maurício que apresentou para a  
481 gente, também sem ressalva, por estar avançando os quatro primeiros meses, teve a apresentação  
482 dos gastos e nada a ressaltar. Obrigada. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok,  
483 obrigado Márcia. Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador. **Oiga**  
484 **(SINDSAÚDE)** Com relação ao Relatório Anual de Gestão da parte da Saúde do Trabalhador, nós  
485 fizemos também algumas ressalvas relacionadas à forma de apresentação, por exemplo, na questão  
486 de Recursos Humanos que nós precisamos ter um diagnóstico de situação de Saúde dos  
487 Trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde e essa informação não veio, embora ela tenha sido  
488 apresentada no Relatório Anual de Gestão de dois mil e dezesseis, este ano ainda não foi  
489 apresentado e nós pedimos que na próxima fosse apresentado. Com relação às questões das  
490 inspeções, nós pedimos um detalhamento de todo o processo, com relação ao que despende à  
491 Secretaria de Estado da Saúde nas ações de Saúde do Trabalhador na Rede Nacional de Atenção  
492 Saúde do Trabalhador que a gente tem no Estado do Paraná, então quanto que a Secretaria  
493 despende dos onze por cento, quase onze por cento que tem de Orçamento para a Saúde para as  
494 ações de Saúde do Trabalhador, que isto também não foi levantado. Foi feita a leitura do que é feito  
495 de trabalho mas não quanto isso representa, então nós pedimos adequações. E a questão das  
496 informações sobre Saúde Mental, porque no Relatório Anual de Gestão ficou evidenciado que um  
497 dos riscos maiores que a gente tem é com relação a assédio moral dentro das atividades  
498 desenvolvidas dentro da Secretaria porque isso aparece nos números que foram colocados no RAG  
499 e que este ano não foi apresentado, quer dizer, os afastamentos estavam todos vazios, em branco,  
500 limpo. Então a gente pediu que fosse registrado para o próximo Relatório Quadrimestral. **Marcelo**  
501 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok, anotado então nas solicitações da Comissão, o pessoal  
502 da Comissão já passou para os representantes da Gestão ontem e vamos solicitar as melhorias.  
503 Comissão de Acesso e Assistência ao SUS, seu Manoel. **Sr. Manoel (SINDINAPI)** Manoel Usuário  
504 Coordenador da Comissão de Acesso e Assistência ao SUS. Vou fazer então o Relatório  
505 Quadrimestral de Gestão do Primeiro Quadrimestre. Primeiro: A Monica Pereira SESA apresentou a  
506 Diretriz dois Fortalecimento da Rede do Paraná Urgência. Diretriz quatro: Fortalecimento da Saúde  
507 Bucal. Diretriz cinco: Implantação da Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência, relata que na meta  
508 cinco um dois já está sendo realizada a proposta feita no RAG dois mil dezesseis e já ocorreram  
509 videoconferências sobre os FormSUS. Diretriz Implantação Rede da Saúde do Idoso, relata que na  
510 meta seis um um o resultado não é em porcentagem e sim o número absoluto. Diretriz sete:  
511 Qualificação da Atenção Primária à Saúde relata que a maioria dos resultados ainda são dados  
512 preliminares dos meses de janeiro e fevereiro. Diretriz oito: Melhoria do Acesso e de Cuidados à  
513 Área de Atenção Inclusiva. Relata que a meta oito um dois está em elaboração no Hemepar para  
514 descentralizar o serviço. Diretriz nove: Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde. Relata que  
515 na meta nove um dois os dados estão em atualização por causa do fechamento do sistema de  
516 alimentação que ocorre de seis em seis meses e que geralmente a meta é atingida quase no fim do  
517 prazo. Meta nove um dois três ainda está com dados preliminares. Diretriz dez: Fortalecimento da  
518 Regulação do Acesso aos Serviços do SUS. Questionamentos: A Conselheira Sonia pergunta sobre  
519 um suposto aparelho utilizado em anemia falciforme que está no HU de Londrina, mas não está em  
520 funcionamento por falta de profissional capacitado. Sobre o cem por cento do acompanhamento das  
521 gestantes indígenas, pois é sabido que há uma grande resistência dentro da tribo contra a vontade  
522 do próprio cacique. Solicita a especificação de quantas tribos foram acompanhadas pela Saúde  
523 Bucal e o quantitativo das gestantes. Solicita especificações para a população negra que tem muita  
524 dificuldade é de acessar o serviço odontológico, Monica responde que irá verificar as informações

525 com a Márcia sobre o aparelho do HU/UEL e trará resposta para a próxima reunião ou no próximo  
526 Relatório. Sobre as gestantes indígenas e negras consegue levantar esses dados pelo sistema e  
527 trará na próxima reunião e sobre a Saúde Bucal ela verificará com o departamento responsável.  
528 Questionamento: Elaine solicita que na página setenta seja incluído pelo menos três pontos positivos  
529 e três negativos obtidos através do diagnóstico dos serviços existentes no Estado para o cuidado  
530 para pessoa com doença falciforme, questiona o valor zero na produção de próteses, órteses e  
531 audiometria. Na página sessenta do CRAID CAIF. Na página setenta e dois solicita que a equipe  
532 informe os resultados positivos da página setenta e quatro sobre o SISVAN, do CHR não tem  
533 produção ambulatorial. Monica responde sobre o CRAID CAIF ainda estão com dados preliminares e  
534 verificará as informações e todos os questionamentos. A Juliana da SESA apresentou a Diretriz onze  
535 e doze. Questionamentos: Elaine solicita que na página oitenta e um item seis apresentar ouvintes  
536 dessa avaliação. O Doutor Nicz não fez a apresentação e pede que as pessoas que leram o  
537 Relatório que façam os seus questionamentos e sugestões para que ele possa responder.  
538 Questionamentos: Elaine questiona sobre a diferença de gastos com a contratação de alimentação  
539 pelos hospitais de uma mesma região, sobre como está sendo feito o controle de notas fiscais e  
540 prestação de contas para a FUNEAS, para a administração do CHR, sobre a ala masculina do setor  
541 de fisiologia do Hospital São Sebastião da Lapa. Sobre a auditoria do Hospital Zona Norte de  
542 Londrina, sobre a falta de informações do Hospital Noroeste. Doutor Nicz responde não sabe o  
543 porquê da diferença de quantitativo de gastos diferentes em cada Hospital. Em Londrina foi realizado  
544 uma auditoria de qualidade para segurança do paciente e o Hospital Noroeste passou a ser  
545 administrado pela Santa Casa de Paranavaí, não sendo mais da competência da diretoria do Estado.  
546 A Márcia Pelissari SESA apresenta a meta treze dois quatro, treze dois cinco e treze dois seis que  
547 todos os dados são preliminares. Deise da SESA apresenta a Diretriz quatorze. Questionamento:  
548 Manoel pergunta sobre a medida do Governo Federal que dificulta o acesso aos medicamentos que  
549 não estão na lista dos SUS. Deise explana que por lei existe medicamentos com registro para  
550 circular no país, os medicamentos que não tem registro, também há medicamento que estão  
551 registrados e protocolados na ANVISA permitindo a compra dos mesmos. Quando há uma exigência  
552 de força determinada judicialmente, o Gestor obrigatoriamente tem que comprar o medicamento  
553 mesmo este não estando de acordo com a lei. Questionamento: Sonia pergunta quais as Regionais  
554 de Saúde que implantaram as consultas farmacêuticas. Deise responde que foram na Décima  
555 Segunda de Umuarama, Décima Terceira Cianorte, Quarta Irati, Décima Cascavel e Nona Foz do  
556 Iguaçu. Também pergunta se há algumas informações sobre o fechamento das Farmácias Populares  
557 que acontecerá agora no dia trinta de maio, mesmo não sendo assunto do DEAF como ficará para  
558 os pacientes que dependem desse serviço. Deise explana que há duas Redes no Programa - Rede  
559 de Farmácia Popular propriamente dita, onde o município habilita-se diretamente com o Governo  
560 Federal para abrir uma Farmácia Popular própria do serviço público recebendo um repasse de  
561 custeio para manutenção e os medicamentos consi dois. Rede Aqui Tem Farmácia Popular que  
562 existe Rede Popular Aqui Tem Rede Popular onde a rede privada tem a chance de firmar convênio  
563 com o Governo Federal recebendo um subsídio para oferecer os mesmos medicamentos com o  
564 mesmo preço reduzido. Será fechada a Rede propriamente dita, pois o Governo Federal avaliou que  
565 o repasse de custeio para manutenção, comprometia a maior parte do montante. A proposta é que  
566 esse recurso de custo seja redirecionado agregado para aumentar o repasse do Componente  
567 Básico. O Programa Farmácia Popular continuará na Rede, Aqui Tem Farmácia Popular. Então esse  
568 aqui é o Relatório das pessoas que lá estiveram e apresentaram, houve questionamentos e outros  
569 questionamentos quando eles retornarem normalmente é impossível a gente fazer tudo no mesmo  
570 dia, mas geralmente foi acatado, né, então foi aprovado e isso é o que importa, o sr. Tem alguma  
571 contribuição? **Luiz Fernando Nicz (Superintendente de Unidades Próprias da Secretaria de**  
572 **Estado da Saúde)** Acho que tem uma correção só quando foi dito dos contratos dos alimentos com  
573 os Hospitais disse que não sabia de pronto responder , eu não disse que não sei, eu disse que não

574 sabia de pronto responder e que estávamos absolutamente abertos a apresentar essa questão num  
575 outro momento na Comissão. É esta a correção. Obrigado. **Marcelo Hagebock Guimarães**  
576 **(CREF9/Paraná)** Obrigado pelo esclarecimento. Então é um assunto que fica pendente para a  
577 próxima apresentação do Relatório Quadrimestral. Na sua fala já fica então feito o registro e aí na  
578 próxima apresentação do Relatório Quadrimestral traz os dados na Comissão para se apropriar  
579 melhor do assunto. Próxima Comissão: Vigilância em Saúde e DST/AIDS. Amauri que vai explanar  
580 sobre? **Amauri (ANEPS)** Após a visitação, como ficou acordado nós fizemos a apresentação do  
581 Relatório junto à Comissão ontem e também ficou acordado que traríamos aos senhores.  
582 Subcomissão da Comissão de Vigilância em Saúde e AIDS. Palmira Rangel, Maurício Portella,  
583 Monica Glinski, Andrea Alcântara, Francisco Santos e Amauri Ferreira Lopes. Às nove horas do dia  
584 vinte e sete no Hospital Oswaldo Cruz a Comissão citada acima foi recebida pelo Diretor Geral  
585 Doutor Pacheco e equipe, onde iniciou-se previamente uma conversa entre todos para decidir a  
586 melhor forma de fazer a visita. Onde ficou acordado que seria dividido em grupo. Começou a visita e  
587 percebendo-se que os funcionários manifestaram preocupação com os usuários devido as  
588 mudanças impostas sejam elas estruturais e de cunho humanizado, a localização, o difícil acesso ao  
589 serviço de alimentação, transporte público, sabedores que muitos pacientes vêm do interior.  
590 Estrutura: foi realizada visita na parte destinada a ala hospitalar e na ala ambulatorial. Considerando  
591 que ambas alas separadas somente por um corredor que tão logo se acesse o corredor, percebe-se  
592 um odor característico de esgoto. Existe uma preocupação em relação à circulação de pacientes da  
593 ala hospitalar para a ala ambulatorial considerado de livre acesso. Corredor sem ventilação, estreito  
594 e mal iluminado, sendo inclusive utilizado como sala de espera. Vivenciamos um carregamento de  
595 medicação para a ala ambulatorial, com destinação à farmácia. A farmácia de dispensação de  
596 medicação, a farmácia hospitalar, a farmácia de hospital dia, bem como a central de distribuição de  
597 medicamentos do hospital encontram-se no mesmo ambiente em espaço diminuto com funcionários  
598 suficientes para atendimento do mesmo. O espaço destinado ao usuário retirar medicação é restrito  
599 e pequeno. Por se tratar de um ambiente hospitalar e de hospital dia tem que pegar senha para  
600 liberação de medicação. Dependendo do número de pessoas que estão na sala de espera e a  
601 quantidade de pessoas que estão à procura de medicação, elas devem aguardar no espaço externo.  
602 Hospital Dia. A localização está no mesmo corredor, onde é considerado sala de espera ambulatorial  
603 e acesso à farmácia, sendo considerado ala ambulatorial, quebrando o direito do paciente de sigilo  
604 da sua patologia. Consultório. Os consultórios são considerados pequenos sendo o posicionamento  
605 no corredor, que é considerado como sala de espera, com pouca ventilação, principalmente o  
606 consultório pediátrico. Está localizado na última sala desse corredor ao lado da farmácia. Espondo  
607 sobremaneira essa população infantil e criando conflito com as pacientes internadas, genitoras  
608 impossibilitadas de ver os seus filhos. O consultório destinado a PEP atualmente localizado no  
609 mesmo corredor da sala de espera defronte ao consultório pediátrico e ao lado da farmácia,  
610 causando exposição explícitas às pessoas que buscam o serviço. Equipamento. Conforme o diretor  
611 geral o ultrassom foi remanejado para o Hospital do Trabalhador, devido a falta de profissional para  
612 operação do mesmo. Sendo assim, os pacientes do Hospital deverão se deslocar para o HT. Serão  
613 atendidos somente em um dia da semana específico e posteriormente ao atendimento de todos os  
614 pacientes agendados, independente do horário da chegada. Ressaltando que não houve nenhuma  
615 reclamação da equipe técnica em sua totalidade. Devido ao acima exposto, a Comissão considera  
616 que as questões em debate puramente estrutural e os encaminhamentos serão dados a partir do  
617 debate do Pleno do CES. A gente tem que frisar isso sim que a gente fez essa apresentação e  
618 ontem no amplo debate já surgiram alguns encaminhamentos e a gente coloca, dando até um prazo  
619 por conta da nossa agenda que no mês que vem não haverá reunião de Comissão, a gente chegou  
620 a pedir até sessenta dias para que façam isso. Visto que não há reclamação pontual em cima de  
621 funcionário, não há reclamação pontual em cima da prestação de contas, existe sim o impacto de  
622 quatro diferentes níveis da infecção da pessoa que vive com o HIV dentro desse Hospital.

623 Percebe-se que não houve um pensamento humanizado em relação a esse impacto. Porém,  
624 também sentimos por parte da Gestão e dos Gestores da AIDS lá presentes, mais alguém que  
625 estiver na sala que me ajude a recordar, uma boa vontade de melhorar essa prestação de serviço.  
626 Vejam os senhores e as senhoras que a AIDS não é um processo só do movimento de luta contra a  
627 AIDS do Estado do Paraná, da sociedade civil e destes Gestores é de cada um nós. Tanto que a  
628 epidemia avança sobremaneira no Estado do Paraná, principalmente nos nossos jovens, são quase  
629 dez por cento de nossa juventude infectada. A coisa é preocupante sim, as pessoas que tem HIV,  
630 AIDS, as pessoas que vivem com HIV AIDS têm pressa. Então a gente tem que respeitar isso e  
631 garantir o que já foi construído lá atrás. O Paraná sempre teve uma boa resposta enquanto que  
632 Gestão, enquanto que Gestores da AIDS na questão da epidemia. E penso que esse processo todo  
633 deva melhorar. O impacto já houve, o estrago já houve, mas a gente consegue reverter se houver  
634 uma boa vontade de cada um conselheiro, de cada uma conselheira e dos demais. De maneira bem  
635 rápida pra quebrar todo esse impacto. Era essa a nossa apresentação. Palmira não esteve presente.  
636 **Sra. Palmira (FESMEPAR)** Bem, em relação ao relato do Amauri, nós fomos extremamente, a  
637 Comissão, né, técnicos em relação a verificar a estrutura do Hospital. Só que ontem eu, enquanto  
638 pessoa Amauri vou estar relatando uma coisa que eu me senti extremamente desconfortável quando  
639 da apresentação e isso não está no relatório, quando da representação desse relatório que foi  
640 apresentado ao CES, que nós tivemos o cuidado de montar o relatório junto com a subcomissão e  
641 apresentar ontem na Comissão, quando nos foi questionado por parte de um diretor, inclusive esse  
642 diretor fez uma colocação eu acredito um pouco infeliz, porque se foi considerado que os  
643 consultórios são pequenos, tudo bem os consultórios podem até ser pequenos, porque vai ficar  
644 apenas um paciente e um médico lá dentro e cabe uma maca, quer dizer, se a condição que ele  
645 acha que pode atender um usuário com qualidade, para ele que é médico, né, é a condição que ele  
646 acha. Ele falou que o consultório dele é menor do que aquilo. Eu até fiz uma brincadeira que eu  
647 perguntei para ele que se o consultório dele é pequeno, mas se tem sala de espera, não a minha  
648 sala de espera é ótima, então os teus pacientes não ficam no corredor. Porque o problema maior... e  
649 ele põe várias vezes a provocação em relação a esse corredor. Então eu me senti um pouco que  
650 acoada em relação ao administrador daquele Hospital e eu enquanto representante titular  
651 Trabalhador, quando ele meio que... memos Amauri...quanto representante de Trabalhador, quando  
652 eu senti aquele posicionamento dele, agora eu estou falando enquanto trabalhadora, não daquele  
653 serviço, mas trabalhadora de serviço público. Eu penso assim: nós tivemos uma trabalhadora fez um  
654 relato lá dentro, eu não sei que sanção esta trabalhadora teve em relação ao relato. Então eu muito  
655 me preocupei em relação a isso pelo autoritarismo que foi tratado as coisas que estavam sendo  
656 postas em estrutura física, imagina quanto a serviço. Então a minha preocupação foi relação a isso.  
657 Obrigado Palmira. **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)** “O foco agora é o Relatório Quadrimestral, mas já  
658 que o Relatório do HOC foi apresentado, eu só vou... Amauri, primeiramente obrigado pelo Relatório.  
659 **(F4)** Isso somente vem a engrandecer e melhorar, a gente vem discutindo com você o processo de  
660 trabalho com a subcomissão, então esse tempo para execução do plano de trabalho e reforma não,  
661 adequação do processo de trabalho ali, como você bem disse na sua fala é que não houve queixas  
662 dos trabalhadores isso faz com que a gente tenha uma lógica que pense no fluxo e estabeleça  
663 realmente o processo de trabalho, que pense no trabalhador e no paciente. Então isso vai ser  
664 revisto, isso vai ser acatado, fique tranquilo que as modificações elas vão acontecer. Então, obrigado  
665 pelo trabalho da Comissão fiquem à vontade para apresentar o Relatório Quadrimestral, alguma  
666 coisa da Comissão? Seu Custódio? **Sr. Custódio (UGT-PR)** Coordenador da Comissão de  
667 Vigilância em Saúde. A gente abriu espaço que deu não, que todos têm direito de apresentar esse  
668 Relatório, mesmo porque foi tirado uma Comissão para fazer a visita e aí eles estão trazendo o  
669 retorno tanto para a Comissão quanto aqui para o nosso Pleno que é o correto. E o pessoal do  
670 Hospital também teve lá fez sua defesa, mas isso está acompanhado pela Cleide até prontificou de  
671 dar uma força, NE. Mas lá também foi apresentado o Relatório Quadrimestral e o pessoal fez as

672 perguntas a qual foi respondido a contento e agora lá se tornou permanente o VigiaSUS e a Dengue,  
673 então o pessoal da SESA vieram lá nessas etapas, fizeram a apresentação. Teve a resistência  
674 microbiana, eles pediram para passar para a próxima reunião, mesmo porque eles não tinham todos  
675 os dados prontos. Então eles estiveram lá presentes, que a gente tem de agradecer, mas fizeram o  
676 pedido de que essa apresentação deles seja para a próxima reunião porque eles não tinham tudo  
677 pronto. No resto foi tudo bem porque assim que é solicitado a equipe da SESA eles vão lá, muito  
678 mais do que um, vão cinco, seis e atende tranquilamente o que a pessoa pergunta, então a gente só  
679 tem a agradecer, o pessoal da Comissão, os componentes e mais o pessoal da SESA que sempre  
680 está presente colaborando na medida do possível. Então foi passado lá e aprovado o Relatório  
681 Quadrimestral e as outras são pautas permanentes que todos os meses eles estão lá apresentando  
682 alguma coisa, porque a gente falou, assim que tiver novidade a gente traz aí, por isso que se tornou  
683 permanente. Muito obrigado a todos. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Seu  
684 Custódio como a sua Comissão é a Comissão que analisa o VIGIASUS, tem alguma informação  
685 referente ao VIGIASUS, ao que foi discutido ontem e feito alguma ressalva? **Sr. Custódio (UGT-PR)**  
686 Não, então a Sandra até apresentou o que está em andamento até o momento e ela falou que como  
687 se tornou permanente, cada mês ela vai apresentando o acontecimento, acontece, no mês que vem  
688 apresenta, atualizando os dados, mas até ontem estava tudo correto. Ela esteve presente e falou  
689 que como se tornou permanente, não tem aquela motivação de ficar horas e horas, todo mês assim  
690 que tem uma novidade, vai lá e apresenta sucessivamente. Muito obrigado. **Marcelo Hagebock**  
691 **Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok, muito obrigado, Sr. Custódio. Sezifredo se inscreveu. **Sezifredo**  
692 **(SESA)** Eu perdi o *time*, mas é oportuno em cima do que o Amauri falou, sabe Amauri, na Comissão,  
693 a gente traga aqui par o Pleno a questão da situação epidemiológica da AIDS no Paraná. Como nós  
694 estamos conduzindo a situação da Rede de Atenção às Pessoas com AIDS ou portadores de HIV e  
695 todos devem ter visto também ontem na mídia ontem e anteontem o lançamento da estratégia da  
696 profilaxia pré exposição, que eu considero assim um dos grandes avanços que a gente pode ter na  
697 questão da AIDS. Era um assunto que já estava desde pelo menos quatro a cinco anos que está  
698 sendo trabalhado e que pode também modificar bastante o enfrentamento da epidemia aqui no  
699 nosso Estado e no Brasil. Então a minha sugestão para a Comissão e para a SESA mesmo, para a  
700 gente fazer na Mesa Diretora fazer a indicação de um oportunamente essa discussão aqui. **Rangel**  
701 **(FEHOSPAR)** Comissão de Saúde Mental. **Maria Lucia Gomes (Malu) (ASSEMPA)** Ontem o RAG  
702 não teve ressalvas na Comissão de Saúde Mental e a Coordenadora não se faz presente e a Vice  
703 Coordenação também que é Conselheira e está faltando há muito tempo, eu vou pedir que a Mesa  
704 tem que rever a falta de muitos Conselheiros porque justifica mas não abonam as faltas, não é?  
705 Então nós temos que rever isso, tá? **Rangel (FEHOSPAR)** Comissão de Saúde da Mulher. **Marcelo**  
706 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Saúde da Mulher, quem estava na reunião, ontem? Que  
707 pode falar o que foi discutido? Terezinha, pode falar pela Comissão? A Coordenadora não está aí...  
708 **Terezinha (Instituto HUMSOL)** Na Comissão de Saúde da Mulher, D. Rosalina que é a  
709 Coordenadora e não estava presente, não teve nada de... foi apresentado aquele Relatório que foi  
710 pedido do Angelina Caron e a gente não concluiu nada porque ficou de fazer outro Relatório, é o que  
711 eu tenho a informar. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok. Do Relatório  
712 Quadrimestral... **Terezinha (Instituto HUMSOL)** E aquele assunto de Cascavel foi encaminhado os  
713 documentos que vieram para nós. Ressalva na apresentação do Relatório do Quadrimestre não.  
714 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Obrigado Terezinha. Então fechamos este item da  
715 pauta. Próximo item: Decreto da Lei de Complementariedade, Cintia fará a apresentação. **Olga**  
716 **(SINDSAÚDE)** Desculpe, Mesa, antes da Cintia começar, eu procurei aqui no Caderno da Reunião e  
717 não encontrei esse documento, você pode me orientar onde é que ele está? **Marcelo Hagebock**  
718 **Guimarães (CREF9/Paraná)** Este assunto tinha sido discutido acho que na reunião de março, que  
719 era sobre aquela questão do Projeto de Lei da Complementariedade, confere, né... então já tinha  
720 sido mandado o material sobre o Projeto. **Olga (SINDSAÚDE)** No mês de março? **Marcelo**

721 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Foi março? Eu acho que foi março, foi em março. **Olg**  
722 **(SINDSAÚDE)** O documento está na Ata então, obrigada. **Cintia Rueda (SESA)** Bom dia, meu nome  
723 é Cintia Rueda, sou Assessora Técnica na Diretoria Geral e vou fazer uma apresentação a ideia é  
724 fazer... entrar... na questão do Decreto mas eu vou dar uma pincelada sobre a questão do Decreto  
725 da Complementariedade e como foi a elaboração, enfim, a aprovação da legislação sobre o tema.  
726 Então Complementariedade do SUS no Paraná. A Constituição Federal ela preconiza no seu artigo  
727 cento e noventa e nove, parágrafo único que as instituições privadas poderão participar do Sistema  
728 Único de Saúde de forma complementar, mediante a formalização de contrato ou convênio, tendo  
729 preferência as entidades privadas e sem fins lucrativos. Na mesma linha, a Lei do SUS, a Lei oitenta  
730 oitenta trouxe o tema no seu escopo reafirmando que o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados  
731 pela iniciativa privada. A Constituição do Estado do Paraná segue o mesmo texto normativo e o  
732 Código Sanitário do Paraná também que é a assistência à Saúde é livre à iniciativa privada  
733 observada as normas de regulamentação, fiscalização e controle. Trouxe rapidamente um conceito  
734 de complementariedade, eu peguei do artigo “A complementariedade da participação privada no  
735 SUS”, do Doutor em Direito do Estado e Procurador do Estado do Paraná o Fernando Borges  
736 Manica, no seguinte sentido: “A complementariedade na participação privada nos serviços de Saúde  
737 conduz ao reconhecimento da possibilidade de delegação de serviços públicos de saúde a  
738 particulares e instrumentalizadas por contrato ou convênio”, como eu já tinha falado. Essa delegação  
739 pode ter os seguintes objetos: um serviço específico ou alguns grupos de serviços internos  
740 relacionados à atividade-fim da entidade ou do órgão público prestador de serviço de saúde ou a  
741 prestação de serviços por uma unidade privada dotada de infraestrutura apta ao desenvolvimento  
742 das atividades ajustadas ou até toda a gestão de uma unidade pública incluindo suas atividades-fim,  
743 meio e atividades acessórias. Agora eu trouxe uns dados práticos sobre os dados do SUS no  
744 Paraná. O Sistema Único de Saúde atualmente possui trezentos e sessenta e nove hospitais no todo  
745 do Paraná. Destes, noventa e quatro são contratualizados ou conveniados com a Gestão Estadual e  
746 os demais estão sob gestão municipal. Dos noventa e quatro, vinte e um são públicos, aqueles que a  
747 gente chama de Unidades Próprias, trinta e seis são privados e trinta e sete são sem fins lucrativos  
748 que estão sob a Gestão Estadual. Nas três fases do Programa HOSPSUS o Governo do Paraná  
749 mantém convênios e contratos com setenta e seis hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos para  
750 atendimento da Rede Mãe Paranaense e da Rede Paraná Urgência. Em dois mil e quinze, foram  
751 setecentos e cinquenta e oito mil internações realizadas pelo SUS no Paraná. Destas setecentos e  
752 cinquenta e oito, quatrocentos e quatro mil, foram entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos,  
753 dando um percentual de cinquenta e três por cento. Nas instituições públicas foram realizadas  
754 duzentas e três mil internações e nas privadas cento e cinquenta e um mil internações. A gente pode  
755 ver no percentual, o numeral do percentual do atendimento das entidades filantrópicas e sem fins  
756 lucrativos. Em dois mil e dezesseis, a proporção se manteve sendo setecentos e noventa e duas mil  
757 internações no total, mantendo os cinquenta e três por cento feito pelas entidades filantrópicas ou  
758 sem fins lucrativos, vinte e seis por cento nos públicos e vinte por cento nos privados. Veio a Lei  
759 Estadual dezoito mil novecentos e setenta e seis, o esta Lei faz? Essa foi a Lei que foi aprovada em  
760 abril na Assembleia e sancionada pelo Governador em sete de abril de dois mil e dezessete. Ela  
761 esclarece, esse é um conceito meu que eu criei para tentar explicar o que a Lei faz, esclarece o  
762 alcance da interpretação do entendimento do que é complementariedade no SUS no âmbito do  
763 Estado do Paraná, com o objetivo de proporcionar jurídica tanto ao Gestor e prestador estadual  
764 quanto aos prestadores parceiros. Era isso que faltava, então a Constituição trazia, a Lei do SUS  
765 trazia, a Constituição Estadual também trazia o tema de uma forma genérica e a gente veio com a  
766 Lei para realmente dar essa segurança jurídica sobre a complementariedade. Traduzindo aquele  
767 conceito, veio o artigo primeiro da Lei, a Lei estabelece normas sobre a participação complementar  
768 da iniciativa privada no Estado do Paraná, podendo recorrer aos serviços ofertados mediante a  
769 celebração de convênio ou contrato quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a

770 cobertura assistencial. Parágrafo primeiro da Lei trouxe que as entidades filantrópicas, e as sem fins  
771 lucrativos terão preferência para participar do SUS e persistindo a necessidade de cobertura  
772 assistencial naquela região, o Ente público pode recorrer às entidades privadas. A participação  
773 complementar no SUS se dará de duas maneiras: ou mediante convênio ou mediante contrato. O  
774 contrato ele é firmado quando o Ente público pretende fazer a compra de serviços de Saúde. Agora  
775 o convênio, a gente tem três opções para a instrumentalização do convênio, quando o objeto for  
776 custeio, destinado à ampliação dos serviços ou a qualificação das políticas públicas de Saúde e o  
777 limite é de até cem por cento da produção média apresentada pela unidade no exercício corrente.  
778 Obras, reformas e ampliação destinada à implementação de novos serviços de assistência à Saúde  
779 e equipamentos imobiliários para a execução das atividades em assistência à Saúde. A Lei que foi  
780 aprovada trouxe que a participação complementar das pessoas jurídicas de direito privado no SUS  
781 dependerá de um laudo de avaliação que vai ser elaborado por uma comissão de avaliação  
782 designada pela Secretaria de Estado da Saúde que atestará a necessidade de ampliação e  
783 complementação da cobertura assistencial aos usuários do SUS naquela região específica. O  
784 Secretário editará resolução, a Lei delegou ao Secretário na forma de resolução, designar comissão  
785 e trazer os elementos que constarão no laudo de avaliação, indicando parâmetros econômicos e  
786 aspectos e responsabilidades pertinentes à Gestão do SUS. Aqui são alguns requisitos que a Lei  
787 trouxe também que a pessoa jurídica de direito privado que o Estado celebrar convênio deverá  
788 minimamente, sem prejuízo de outras diretrizes estar registrado no CNES, submeter-se a avaliações  
789 sistemáticas pela Gestão do SUS, submeter-se à regulação instituída pelo Gestor, apresentar  
790 relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto  
791 pactuado, atender as diretrizes das políticas dos programas de Saúde, assegurar a veracidade das  
792 informações, cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente e submeter-se à  
793 auditoria da Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do SUS, apresentando toda a documentação  
794 que a ela for solicitada, aí chegamos no Decreto: Então a Lei, ela delimitou que a designação da  
795 comissão e a elaboração do laudo de avaliação delegou para o Secretário de Estado, para a  
796 Secretaria de Estado da Saúde. E a Lei determinou que também fosse feito um decreto  
797 regulamentador. Como a gente pode ver na Lei, a Lei não somente tratou de direito material, a Lei já  
798 foi específica, ela trouxe procedimentos, então o Decreto está vindo para somar aquilo que a Lei fala  
799 que eventualmente pode ser acrescentado. Então o Decreto regulamenta a Lei para dispor sobre as  
800 normas de participação complementar da iniciativa privada. Eu trouxe aqui o que o Decreto traz de  
801 diferente da Lei. Então no Decreto está sendo acrescentado o chamamento público, então o que é  
802 esse chamamento público? É o procedimento destinado a selecionar pessoa jurídicas para  
803 participação complementar no Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná e garantido o princípio  
804 de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, aqueles princípios inerentes à administração  
805 pública na qual estamos submetidos pela Constituição Federal. O Decreto está trazendo também o  
806 conceito de identidade filantrópica e o conceito das fins lucrativos, ele está diferenciando, o que são  
807 cada uma delas. As filantrópicas já são por sua natureza sem fins lucrativos e elas devem cumprir os  
808 requisitos dispostos na Lei Federal doze cento e um. As sem fins lucrativos são aquelas que não  
809 distribuem, que são só conselheiros, diretores, enfim... não é lucro a palavra... é seria um lucro, mas  
810 ela não distribui o lucros brutos ou líquidos, então não há essa divisão, o que a entidade ganha fica  
811 na entidade. O Decreto está conceituando também o que é o laudo de avaliação para deixar bem  
812 claro que é esse laudo de avaliação que será um parecer técnico conclusivo elaborado pela  
813 comissão de avaliação designada pela Secretaria a qual atestará pela necessidade de ampliação e  
814 complementação da cobertura assistencial de saúde aos usuários do SUS e a comissão de  
815 avaliação será o conjunto de servidores designado por ato secretarial com conhecimento e  
816 capacidade técnica e específica para avaliar os elementos característicos do laudo de avaliação. No  
817 caso do objeto do convênio a ser executado por mais de uma entidade regional ou macrorregional,  
818 então se naquela região onde foi verificado que necessita de complementação ao atendimento será

819 feito um chamamento. Então a SESA deverá realizar esse chamamento, no prazo, no mínimo de  
820 quinze dias úteis de sua disponibilização. Então é um chamamento que vai estar no *site* e cumprir os  
821 prazos específicos. O que vai ter que ter nesse chamamento, minimamente. A indicação do interesse  
822 público envolvido, o diagnóstico de realidade que se pretende modificar, aprimorar ou desenvolver, o  
823 que a gente pretende melhorar, o que a gente precisa para estar disponibilizando este chamamento.  
824 O objeto da parceria, as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das  
825 propostas, as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, o valor previsto para  
826 realização do objeto e a minuta por meio do qual será celebrado o convênio. No laudo de avaliação  
827 que será feito pela comissão deverá conter minimamente a comprovação da necessidade de  
828 complementação dos serviços públicos de saúde e os esclarecimentos quanto a impossibilidade da  
829 execução de ações de serviços públicos em saúde pela administração naquela região. Então,  
830 basicamente esse laudo de avaliação deverá conter exatamente isso porque, qual a necessidade da  
831 administração pública para estar pactuando aquele instrumento e os esclarecimentos sobre essa  
832 impossibilidade de atendimento pela administração por si só. Como eu disse: o laudo de avaliação  
833 levará em conta as ações e serviços que a administração poderia fazer por si só e a sua  
834 necessidade em comparação ao que a administração pode oferecer mesmo e por meio disso ela  
835 poderá fazer incentivos, custeio, investimentos na rede física, aparelhamento com equipamentos. O  
836 não atendimento das condições, tanto da Lei quanto do Decreto autoriza a denúncia unilateral, então  
837 a administração pública pode denunciar unilateralmente o ajuste, o instrumento de ajuste sem  
838 prejuízo pelo Estado, qualquer prejuízo que possa advir, é isso, obrigada. **Marcelo Hagebock**  
839 **Guimarães (CREF9/Paraná)** Pessoal, então vamos entrar na discussão, lembrando que este tema a  
840 gente já havia debatido quando veio como Projeto de Lei antes de ser encaminhado para a ALEP em  
841 reunião anterior e agora como havia sido solicitado pelo Pleno a apresentação quando o Projeto de  
842 Lei fosse aprovado pela Assembleia e sancionado pelo Governador. Faremos a discussão do tema  
843 pertinente, após faremos a pausa e retornamos para continuação da Ata. Inscritos nós temos  
844 Sezifredo. **Sr. Sezifredo Paz (SESA)** Apenas algumas informações complementares que eu acho  
845 que são relevantes, então o que a Cintia apresentou, em essência, o que nós estamos fazendo para  
846 regulamentar essa Lei, no momento essa proposta está tramitando no Executivo, ela passou já por  
847 nós da SESA, já encaminhamos à Procuradoria que está avaliando, a Procuradoria Geral do Estado  
848 que está avaliando essa proposta, a gente não tem assim ainda uma previsão de quando esse  
849 Decreto poderá ser promulgado, evidentemente que há uma necessidade porque a SESA está com  
850 vários contratos, vários convênios que precisam dessa regulamentação, é nesse sentido então que a  
851 gente se comprometeu em trazer para vocês a proposta, o que estaria nessa apresentação inclusive,  
852 eu gostaria que passasse para todos os conselheiros, porque eles poderão inclusive, se tiverem  
853 questionamentos nos encaminhar, que a gente tem interesse em ouvir as opiniões e esperamos com  
854 esse Decreto que eu acho que vocês se lembram quando a gente apresentou aqui e falou sobre a  
855 Lei os motivos. Há Estados que não há nenhuma questionamento do ponto de vista jurídico sobre o  
856 papel complementar, mas aqui no Paraná a gente achou necessário porque a própria PGE lançou  
857 questionamentos acerca do papel complementar das entidades privadas filantrópicas ou sem fins  
858 lucrativos. É bom deixar bem claro qual é o escopo da Lei e o Decreto que está regulamentando. E  
859 nesse sentido, por sugestão da própria PGE, Procuradoria Geral do Estado, o Governo então fez  
860 uma proposta de Projeto de Lei que foi aprovada na Assembleia, hoje já é uma Lei e que está sendo  
861 regulamentada por esse Decreto. **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Olga. **Olga**  
862 **(SINDSAÚDE)** Quando a gente discutiu isso em março, nós também não tivemos cópia dessa Lei,  
863 eu estou aqui com toda a Ata do mês de março e nós fizemos um debate bastante importante  
864 naquele dia, resgatando o caráter do Conselho Estadual de Saúde como Controle Social sobre as  
865 ações dos gastos, e os investimentos da Saúde no Estado do Paraná e quando nós fizemos aqui a  
866 crítica à forma de como este Projeto de Lei foi apresentado e também ao seu mérito, ao seu  
867 conteúdo porque ele foi encaminhado para a Assembleia Legislativa em caráter de urgência e nós

868 pedimos para que não fosse colocado em caráter de urgência até que o Conselho Estadual de  
869 Saúde pudesse ler a proposta do Executivo, se posicionar diante dessa proposta, até aí nada de  
870 mais, o que o SindSaúde pediu foi respeito ao Controle Social. Então foi nesse sentido que nós não  
871 tendo uma resposta pronta, inclusive a Mesa Diretora à época disse que não dava tempo, porque  
872 nós fizemos o pedido no dia dezessete de março de uma reunião extraordinária para poder discutir  
873 esse ponto porque ele faz, ele cria um impacto no aporte de recursos para o setor privado na mesma  
874 condição que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos e nós vimos aí uma brecha, uma  
875 abertura muito grande para colocar e coloca de fato essa Lei em pé de igualdade o setor privado, ou  
876 seja, as empresas que tem lucratividade no setor da Saúde no mesmo patamar que as empresas  
877 que não têm fins lucrativos e essa foi a preocupação que nós trouxemos, nós entendemos que o  
878 Conselho poderia ter colocado a Mesa Diretora *ad referendum* do Pleno um posicionamento à  
879 Assembleia pedindo que não se colocasse em caráter de urgência até que o Conselho pudesse se  
880 reunir para fazer essa discussão. E a outra questão foi em relação ao caráter de urgência, não havia  
881 urgência nesse caso, nesse Projeto de Lei, ele poderia esperar a opinião do Controle Social e  
882 quando nós discutimos lá em março, nós colocamos algumas propostas de emenda que poderiam  
883 ser colocadas nesse Projeto de Lei e nós não fomos ouvidos, fomos até à Assembleia Legislativa,  
884 conversamos com todos os Deputados de “A a Z”, solicitando que esse caráter de urgência fosse  
885 retirado e que a gente pudesse debater emendas ao Projeto, isso não aconteceu, houve um  
886 “tratoração” lá na Assembleia Legislativa e a Lei foi aprovada. **(F5)** na sequência vem o Decreto,  
887 agora o Decreto vem para discussão aqui no Conselho em forma de *slides*, o que nós estamos  
888 solicitando é que este documento venha para os Conselheiros antes de fazer a discussão, porque na  
889 forma de *slides*, o *slide* serve para quem trabalha com apresentações, ele serve para orientar a fala  
890 de quem está apresentando a matéria, mas o mérito está na redação do Decreto. Nós tivemos uma  
891 audiência com o Ministério Público no dia onze deste mês. (Alguém questionou o tempo). Eu já vou  
892 encerrar. E colocamos exatamente esta situação, que nós precisamos ter acesso aos documentos  
893 na íntegra, antes de virmos para a reunião do Conselho para que esta discussão seja inclusive, mais  
894 enxuta e mais focada no que é de interesse do Controle Social, muito obrigada.” **Sr. Rangel**  
895 **(FEHOSPAR)** “Mais alguém inscrito? Está encerrada. Pessoal, vamos para o intervalo de dez  
896 minutos.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Pessoal, em cumprimento ao  
897 Regimento, faremos o intervalo de dez minutos, e retornaremos prontamente em dez minutos para  
898 continuar os assuntos da pauta.” **(F6) Sr. Rangel (FEHOSPAR)** Peço que todos voltem para os  
899 trabalhos. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Pessoal, vamos fazer a contagem  
900 de Conselheiros, Conselheiras presentes para verificar o quorum? Os que estão lá fora, solicitamos  
901 que retornem. Então vamos fazer a contagem dos presentes, preciso que os Conselheiros levantem  
902 os seus crachás para contagem. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** Contou vinte sete. **Sr.**  
903 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Vinte e sete, quorum apropriado. Só para informe:  
904 está passando a lista de presença. Então a Oliva fará a apresentação. **Sra. Oliva (Ouvidoria SESA)**  
905 Bom dia, a todos! Meu nome é Oliva e eu estou na Ouvidoria Geral da Saúde. Eu vou fazer uma  
906 apresentação aqui, que foi pautado. Eu coloquei primeiro aqui a Deliberação quarenta e dois porque  
907 tem muitos Conselheiros novos que não saibam, essa Deliberação foi aprovada na Bipartite em dois  
908 mil e doze porque a gente precisava ter um critério para definir o que era necessário para implantar a  
909 Ouvidoria nos municípios. Então a gente aprovou esta deliberação que tem esses quatro critérios:  
910 então o critério de indicação de um servidor para exercer a função de Ouvidor, a criação de um  
911 instrumento normativo, sendo que neste instrumento normativo deve conter as atribuições e  
912 objetivos das Ouvidorias, a sua estrutura física, a necessidade de recursos humanos e  
913 equipamentos e principalmente também os prazos de resposta para o cidadão em relação às suas  
914 manifestações. Disponibilização de um telefone exclusivo para a Ouvidoria, então a gente depois  
915 percebeu que os municípios não tinham condições de pegar um número gratuito um zero oitocentos,  
916 um zero trezentos e a gente aceita também um número de telefone fixo, os municípios menores, mas

917 que ele seja exclusivo da Ouvidoria de modo a evitar aquela triagem que o usuário acaba sofrendo  
918 quando telefona para um número que não é da Ouvidoria. Então ele liga para a telefonista, a  
919 telefonista às vezes já faz uma triagem com ele, se ele quer fazer alguma manifestação da  
920 epidemiologia, da vigilância, às vezes ele já é direcionado direto para o setor e daí acaba não  
921 passando pela Ouvidoria. E a elaboração de relatórios gerenciais. Então esse é um ponto que a  
922 gente tem feito muito a questão de que aconteça porque as Ouvidorias ainda não elaboram os seus  
923 relatórios gerenciais. Porque a Ouvidoria sem um relatório gerencial não tem razão de ser, é  
924 importante que haja o relatório gerencial e que possa estar conversando com o Gestor sobre as  
925 necessidades dos usuários, as críticas e as sugestões. Então isso é só para introduzir para vocês  
926 entenderem a nossa forma de trabalho. Aqui é a nossa Rede de Ouvidorias de Saúde. Então nós  
927 temos vinte e duas Regionais de Saúde. Essa primeiras são as que utilizam o sistema informatizado  
928 que é disponibilizado pelo Estado. Então, são as vinte e duas Regionais, sendo que as vinte e duas  
929 estão ativas, hospitais e Unidades Próprias são dezesseis e quatorze estão ativos, a gente tem que  
930 trabalhar em cima de dois, Consórcios Intermunicipais de Saúde, nós temos vinte e cinco, sendo  
931 vinte e um do COMSUS e ainda temos somente quinze e municípios nós já temos quarenta e seis  
932 municípios que implantaram o sistema informatizado, mas somente trinta e quatro estão realmente  
933 utilizando, registrando manifestações, a gente tem um saldo aí que estão com dificuldades. A Rede  
934 sem o SIGO são duzentos e sessenta e quatro municípios. Hoje nós estamos com trezentos e dez  
935 municípios com Ouvidorias implantadas e duzentos e sessenta e quatro não utilizam o SIGO ainda.  
936 E hospitais contratualizados, nós já temos cinquenta e oito com Ouvidorias implantadas e  
937 funcionando, faltando acho que trinta e cinco ou trinta e seis para a gente concluir cem por cento. Eu  
938 coloquei uma observação aqui que dos trezentos e dez municípios com Ouvidoria implantada, cento  
939 e nove estão adequadas àquela Deliberação que eu apresentei, ou seja, elas cumprem os quatro  
940 critérios: tem telefone exclusivo, elabora relatório gerencial, tem Ouvidor e tem instrumento  
941 normativo. Duzentas e uma ainda estão parcialmente implantadas. Qual a maior dificuldade dessas  
942 duzentas e uma: algumas ainda não elaboram gerencial e algumas ainda não tem o telefone  
943 exclusivo. Então até para a gente ter um diagnóstico para poder trabalhar em cima das Ouvidorias a  
944 gente coloca que elas estão parcialmente adequadas e temos dos trezentos e noventa e nove  
945 municípios, oitenta e nove ainda sem Ouvidoria implantada. Então a gente está fazendo um trabalho  
946 macrorregional para que esses oitenta e nove municípios implantem as suas Ouvidorias. Nós temos  
947 também uma parceria com o Ministério Público, então o Ministério Público encaminhou também um  
948 memorando para as suas regionais para estar observando esses municípios que ainda não  
949 implantaram a Ouvidoria, isso também tem ajudado a gente. Aqui eu já entro nas manifestações: e  
950 aqui eu quero fazer uma ressalva que eu estou trazendo para vocês os dados do primeiro  
951 quadrimestre de dois mil e dezessete, a partir do mês que vem eu encaminho o mensal como foi  
952 solicitado. Então na Ouvidoria da SESA a gente recebeu oitocentas e noventa e três manifestações  
953 distribuídas conforme a natureza delas: denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão e  
954 informação. As Ouvidorias Regionais de Saúde receberam mil oitocentos e setenta considerando as  
955 vinte e duas Regionais, os Hospitais Próprios setecentos e dezesseis, as Ouvidorias dos Consórcios  
956 cento e noventa e cinco e os municípios que contam com o SIGO, foi um total de mil, cento e setenta  
957 e oito. A gente coordena também o SICSESA que é o sistema de informação ao cidadão. A gente  
958 recebeu no primeiro quadrimestre quinze manifestações. Então no primeiro quadrimestre totalizam  
959 quatro mil oitocentos e sessenta e oito manifestações recebidas na Ouvidoria. Aqui é o número de  
960 manifestações segundo a forma de contato do cidadão. Então na Ouvidoria da SESA a gente  
961 recebeu por carta vinte e seis, pela internet seiscentos e setenta e um, pessoalmente sessenta e oito  
962 e por telefone cento e vinte e oito. A Ouvidoria da SESA, a gente recebe mais manifestações pelo  
963 portal, pelo sistema informatizado. Nas Regionais de Saúde, nos demais, tudo pessoalmente, porque  
964 daí o pessoal vai ou na Regional de Saúde, quando é municipal, eles acabam indo na Ouvidoria,  
965 sempre pessoalmente e nos hospitais e consórcios para a gente tentar responder a questão ali de

966 forma mais ágil. O SICSESA a maioria é pela internet. Aqui segundo o perfil dos manifestantes:  
967 então nós tivemos oitenta e três por cento de todas as manifestações, aqui eu falo de todas as  
968 Ouvidorias, oitenta e três por cento foi de cidadão, tivemos oito vírgula seis no anonimato, no estado  
969 do anonimato, no estado do anonimato geralmente é por causa de denúncia de reclamações e o  
970 Ministério Público dois vírgula nove e ali eu tenho que explicar para vocês que a gente está fazendo  
971 acordos com o Ministério Público no que diz respeito à solicitação de medicamentos não  
972 padronizados. Então quando o cidadão chega no Ministério Público para fazer essa solicitação, o  
973 Ministério Público registra no nosso Portal e daí a gente direciona para qual Regional é a Regional  
974 responde o Ministério Público via sistema, então via de regra tem acontecido isso, as Regionais têm  
975 conseguido fazer esse acordo com o Ministério Público e daí acaba aquela questão de onde chega  
976 no Ministério Público e o Ministério Público faz processo dele e daí chega na SESA, a gente faz  
977 processo, então o cidadão quanto o Ministério Público tem uma resposta mais rápida. No estado do  
978 sigilo a gente recebeu dois vírgula seis, profissionais de saúde um vírgula nove, órgãos públicos que  
979 são outros daí, zero vírgula três, prestadores de serviço zero vírgula dois e não informado zero  
980 vírgula quatro. Aqui são por assunto as demandas recebidas na Ouvidoria Geral, então em primeiro  
981 lugar está a gestão municipal. Na grande maioria das vezes quando os usuários querem fazer do  
982 dirigente maior, eles acabam utilizando o Portal da SESA. Então sobre gestão municipal a gente teve  
983 cento e setenta e quatro, assistência à saúde cento e cinquenta e quatro, assistência farmacêutica  
984 cento e quarenta e nove e aqui, não sei se vocês acompanham os relatórios, a gente apresenta  
985 quadrimestralmente na Comissão de Comunicação e Educação Permanente e também deixa  
986 disponível no *site* da SESA, comparando com os outros relatórios depois que a gente começou a  
987 fazer esse acordo com o Ministério Público diminuiu muito as demandas diretas do Portal de  
988 solicitação de medicamentos. Aqui da assistência farmacêutica a grande maioria é medicamentos  
989 não padronizados, recursos humanos cento e vinte e oito, vigilância sanitária noventa e cinco e  
990 gestão estadual sessenta e nove. Depois os outros são em menor número: informação em saúde,  
991 Ouvidoria. Aqui da Ouvidoria, geralmente são reclamações que a resposta não chegou dentro do  
992 prazo estabelecido. Vigilância em Saúde não pertinentes à área da Saúde, assuntos não pertinentes,  
993 comunicação, infraestrutura e Vigilância Ambiental. Aqui são as demandas por assunto das  
994 Regionais de Saúde: todo aquele quantitativo que a gente recebia na Ouvidoria Geral, acaba  
995 refletindo nas Regionais de Saúde que aumentou as solicitações de medicamentos em função das  
996 solicitações que vão direto para a Regional e que chegam através do Ministério Público. Assistência  
997 à Saúde cento e quarenta e seis, recursos humanos cento e treze, vigilância sanitária sessenta e  
998 cinco, gestão municipal cinquenta e cinco... a gente geralmente analisa os cinco primeiros por grupo.  
999 Aqui dos Hospitais e Unidades Próprias: recursos humanos duzentos e noventa e três, gestão  
1000 estadual duzentas e vinte, assistência à saúde cento e cinco. São os três principais recebidos nos  
1001 Hospitais e Unidades Próprias. Aqui nos consórcios são setenta e quatro manifestações sobre  
1002 recursos humanos, assistência à saúde setenta e três e gestão estadual dezenove. Aqui são as  
1003 Ouvidorias Municipais de Saúde que utilizam o sistema: também ficou assistência à saúde  
1004 quatrocentos e trinta e nove em primeiro lugar, recursos humanos duzentos e noventa e oito em  
1005 segundo lugar, vigilância sanitária duzentos e vinte e dois em terceiro lugar. Aqui eu coloquei para  
1006 vocês terem a ideia da população em relação ao número de Ouvidorias implantadas. A gente sempre  
1007 imaginava que os municípios menores teriam mais dificuldade, mas até cinquenta mil habitantes, nós  
1008 temos trezentos e setenta e oito municípios já com Ouvidoria. Duzentos e oitenta e três já com  
1009 Ouvidoria. De cinquenta a cem mil habitantes que são só três municípios, nós temos doze com  
1010 Ouvidoria. De cem mil a quinhentos mil habitantes são dezesseis municípios temos treze e acima de  
1011 quinhentos mil são dois municípios, os dois com Ouvidoria implantada, totalizando trezentos e dez  
1012 Ouvidorias implantadas naquela segundo aquela informação que eu passei para vocês que são  
1013 parciais ou são totalmente adequadas. Aí tivemos outras realizações de ações nesse primeiro  
1014 quadrimestre, foi feito em janeiro e fevereiro a Ouvidoria Itinerante na Operação Verão, tivemos um

1015 encontro regional com Ouvidores da Segunda Regional de Saúde, com quarenta participantes, um  
1016 encontro regional na Décima Primeira Campo Mourão com trinta e cinco participantes, um encontro  
1017 regional com Ouvidores da Vigésima Toledo com vinte Ouvidores e reunião com Ouvidores da Nona  
1018 Regional de Saúde, essa aqui foi uma reunião específica para estar capacitando municípios para  
1019 elaboração de relatórios, então participaram cinco Ouvidores. Foi realizado uma Ouvidoria Itinerante  
1020 em Campo Mourão naquele evento Paraná Cidadão que tem do Governo, e uma Ouvidoria Itinerante  
1021 na Décima Sétima Londrina durante a Campanha de Vacinação da Dengue. Então ao mesmo tempo  
1022 que a Ouvidoria orienta sobre a Dengue, também distribui material informativo da Ouvidoria, bom foi  
1023 isso que eu trouxe para vocês, se alguém quiser perguntar alguma coisa, estou aqui à disposição,  
1024 nenhuma colocação? **Sr. Manoel (Sindinapi)** De fato, Oliva, eu quero parabenizá-la pela  
1025 apresentação e falar um pouquinho também que eu conheço a Sonia lá em Londrina, você conhece  
1026 e de fato a gente está bastante integrado, inclusive sobre a Ouvidoria do Estado. E além disso,  
1027 vocês tem disponibilizado para nós informativos, vários informativos, inclusive a gente leva e coloca  
1028 em alguns pontos para as pessoas tomarem conhecimento. Então eu só queria pedir a palavra e  
1029 agradecer que no momento está fazendo a divulgação que é interessante, está bom? **Sra. Oliva**  
1030 **(Ouvidoria SESA)** Obrigada, Senhor Manoel. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** Olga. **Olga Estefania**  
1031 **(SINDSAÚDE)** A Ouvidoria, Oliva, a partir do Regimento Interno do Conselho, ela deve lá no artigo  
1032 trinta e quatro colocar os seus relatórios mensais para apreciação do Conselho porque o Conselho  
1033 entendeu que isso atende uma das propostas do Conselho que é examinar propostas de denúncias  
1034 de indícios de irregularidades e responder no seu âmbito a consulta sobre assuntos pertinentes.  
1035 Então, na verdade, isto estava em falta e aí o SindSaúde pautou porque há necessidade da gente  
1036 acompanhar. Nós temos aqui dois exemplos bastantes evidentes, o uso dos carros do VigiaSUS  
1037 para transporte de pacientes para o Hospital de Clínicas, isso foi protocolado lá na Ouvidoria, então  
1038 é um desvio bastante grave do financiamento que se faz para a Vigilância que não foi... não é com  
1039 esse objetivo que a gente tem criado o Programa do VigiaSUS no Estado do Paraná, além de outras  
1040 denúncias. Então quando a gente pede o relatório, a gente quer entender qual é a natureza e a  
1041 região que ele vem. Então você colocou que vai a partir dentro do próximo mês mandar esses  
1042 relatórios mensalmente e a gente pede que eles sejam detalhados nesse sentido. A gente quer  
1043 saber o que exatamente está sendo colocado para a Ouvidoria da população como questões que ela  
1044 entende que sejam irregulares para que a gente possa acompanhar e ajudar no processo de  
1045 Controle Social dessas questões, obrigada. **Sra. Oliva (Ouvidoria SESA)** Eu só quero esclarecer  
1046 Olga, eu acho que vocês perceberam no meu relatório, a Ouvidoria Geral de Saúde ela faz o  
1047 relatório de todas as Ouvidorias do Estado que utilizam o sistema informatizado. Então esse não é  
1048 um relatório tão detalhado, por outro lado, cada Ouvidoria faz o seu relatório, daí esse sim com  
1049 detalhamento e com análise desses dados. Quando você fala em denúncias que a gente não só do  
1050 VIGIASUS qualquer outra denúncia, o que é que a gente faz, como todas as Ouvidorias são  
1051 descentralizadas a gente encaminha, atribui via sistema essa demanda para aquela Regional a que  
1052 pertence o município denunciado, então o detalhamento dessas denúncias, reclamações, qualquer  
1053 tipo de registro, ele compõe o relatório seja da Regional, seja do Hospital, seja do Consórcio, então  
1054 esse detalhamento, cada Ouvidoria é que faz o seu. Nós não temos condições porque como que  
1055 funciona o relatório da Ouvidoria Regional, existe o grupo, por exemplo, Vigilância Sanitária e daí o  
1056 subgrupo. Então, dentro da Vigilância Sanitária, quais foram os assuntos que foram tipificados nas  
1057 demandas. Por exemplo, lá tem irregularidades de má utilização de recurso público, então são várias  
1058 informações. Eu não vou dar conta, sou bem sincera para vocês, não vou dar conta de fazer isso  
1059 mensalmente com todas as Ouvidorias, não tenho condições, vocês viram que são trezentas e dez  
1060 Ouvidorias implantadas só no âmbito do SIGO, são duzentos e sessenta e cinco, então eu não sei  
1061 bem o que fazer. O quantitativo eu posso me comprometer em trazer para vocês, agora a análise  
1062 pontual isso compõe os relatórios das Regionais de Saúde, não só das Regionais, de toda a Rede.  
1063 **Sra. Palmira (FESMEPAR)** Bem, mas foi até bom que a Oliva respondeu antes da minha pergunta

1064 porque através dessa pergunta dela eu acredito que eu possa até colocar uma proposta. Bem, eu  
1065 faço parte da Macrorregião Oeste e ali diz que tem vinte e duas Ouvidorias nas Regionais, com  
1066 número específico para cada Regional é o que diz na Lei que tem que ter um número específico para  
1067 aquela Ouvidoria, só que na Décima Regional de Saúde, eu não tenho conhecimento desse número  
1068 específico e eu acredito que nem servidor tem porque o que acontece e isso eu acabei de ligar  
1069 agora, questão de cinco minutos para estar verificando isso e tendo certeza, isso foi através de uma  
1070 denúncia que foi recebida que ninguém tem acesso, porque o que acontece, o Ouvidor na Décima  
1071 Regional de Saúde acumula função e quando esse Ouvidor não está lá, ninguém responde, quer  
1072 dizer, todo mundo responde o que é pior, porque quando se trata de Ouvidoria é uma questão  
1073 extremamente técnica onde nós temos que ter o sigilo e quando se cai na mão de qualquer um,  
1074 qualquer tipo de reclamação, ou qualquer coisa, é uma coisa muito séria, porque assim, eu tenho  
1075 que ligar para um número geral solicitar que eu quero falar com a Ouvidoria, me transfere para um  
1076 departamento aonde teria teoricamente um Ouvidor, que não seria um Ouvidor porque ele acumula  
1077 função. Essa pessoa tem outros afazeres dentro da Regional porque ele acumula função, um  
1078 servidor me atende e fala assim: “não, a Ouvidora é fulana, mas quando ela não está, qualquer um  
1079 que atende responde”, foi a resposta que eu tive agora, obtive à questão de cinco minutos. E isso  
1080 não é só de agora, a Oliva acho que ela sabe a questão de uns quinze a vinte dias atrás eu liguei na  
1081 Ouvidoria Geral do Estado a respeito de uma denúncia que eu recebi de um usuário do Sistema na  
1082 região que estava com dificuldade em determinado assunto e pediu para falar na Ouvidoria. Tentei  
1083 falar várias vezes com a Ouvidoria da Regional, não consegui, liguei diretamente deixei recado com  
1084 a Oliva, com a Oliva não, deixei recado para a Oliva, deixei recado para ela. Posterior a isso,  
1085 demorando uma semana a Ouvidoria da Décima Regional me ligou. A Ouvidora da Décima Regional  
1086 me ligou. “Palmira, você ligou para a Oliva, assim, assim... falei eu liguei, eu liguei a respeito disso.  
1087 Daí ela foi verificar a questão toda. Então, a denúncia em si, não seria uma denúncia porque era  
1088 uma questão que era má informação. Só que isso me fez verificar qual falha está a Ouvidoria dentro  
1089 da Décima Regional e dentro do Estado também. Me desculpa, Oliva mas você acabou de falar que  
1090 você não dá conta do relatório, então como proposta, que daí já vem como proposta é que além do  
1091 Ouvidor tem que ser um cargo aonde você não acumule funções, certo, nas Regionais, você tem que  
1092 ter aquela coisa do respaldo certo? Agora como proposta é que esses Ouvidores das  
1093 Macrorregionais encaminhem as relatorias para os Conselhos Municipais de Saúde de origem que lá  
1094 ele vai estar podendo se reportar e se tiver alguma coisa maior junto ao Estado, reporta ao Conselho  
1095 Estadual, dentro do Regimento diz isso, né Olga, se reporta ao Conselho Estadual, que encaminhem  
1096 os relatórios mensais para os Conselhos Municipais porque lá tem comissão que já se verifica na  
1097 Ouvidoria do município, ok? **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)** Mais algum inscrito? Amaury. **Sr. Amaury**  
1098 **(Defipar)** Na apresentação da Oliva, eu não identifiquei um dos itens que tem aqui no artigo trinta e  
1099 quatro, é que no Relatório tem ter os casos resolvidos e os casos pendentes, então não sei se tem  
1100 esse número, que poderia ser melhor avaliado porque assim, para ver até os casos como a  
1101 eficiência da Ouvidoria em resolver e os casos pendentes, talvez seja mais objeto de uma análise,  
1102 pendente há mais de trinta dias, mais de sessenta dias, chamaria a atenção para a gente ver o que é  
1103 o caso se é caso que deveria ser resolvido e não foi ou se é casos difíceis que aí não seria um  
1104 número tão grande, acredito que a resolução dos problemas não fica muita coisa pendente, mas aí  
1105 faltou nesse Relatório os casos resolvidos e os casos pendentes. **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)**  
1106 Então acabou as inscrições, mais alguém? **Sra. Oliva (Ouvidoria SESA)** Bom em relação à fala da  
1107 Palmira **(F7)** é o telefone exclusivo de todas as Ouvidorias do Estado é o zero oitocentos nosso.  
1108 Tanto que temos este sistema inteligente que o cidadão que não tem ouvidoria nos municípios, ele  
1109 liga e vai cair neste zero oitocentos que cai no telefone da Regional de Saúde. Então a Regional não  
1110 tem um telefone exclusivo, ela tem esta linha do zero oitocentos. Eu recebi o teu recado e  
1111 encaminhei para a Ouvidora Regional de Saúde que ela me retornou explicando que você, não sei  
1112 se é você ou a pessoa que vocês estavam tentando, ligou de telefone celular. E este ainda é um

1113 problema nas ouvidorias, a gente conversou com a operadora e não vamos ter condições da pessoa  
1114 ligar para o zero oitocentos e caiu na sua Regional de Saúde. Então, a gente já está, agora,  
1115 terminando as negociações que vai ser assim, todos os quarenta e um, por exemplo, então, Curitiba,  
1116 Região metropolitana, Paranaguá e os sete municípios de Paranaguá, irão cair todos na Segunda  
1117 Regional de Saúde, a Segunda Regional vai ter que registrar, encaminhar para a respectiva  
1118 ouvidoria e daí isso é um problema que não é da nossa governabilidade, mas tem o telefone. Existe  
1119 sim, não posso negar o problema do acúmulo de função e isso é os diretores agora já estão  
1120 avaliando a possibilidade destes servidores novos para irem para a Ouvidoria e quando eu coloquei  
1121 “não dou conta do relatório” eu não dou conta do relatório geral de toda a minha Rede de Ouvidoria  
1122 mensalmente. Mas, de qualquer forma eu posso encaminhar mensalmente o número e é um relatório  
1123 que eu tenho que ter muito cuidado porque eu não posso discriminar as denúncias, eu posso  
1124 tipificar, mas eu não posso quebrar o sigilo. E a questão da apresentação no relatório aos Conselhos  
1125 Municipais de Saúde são orientações e está na nossa Resolução da criação da Ouvidoria, nosso  
1126 instrumento. Em relação ao Amauri, foi uma comida de bola minha aqui mesmo, mas nós temos o  
1127 dado de casos resolvidos, casos pendentes no caso das denúncias, a gente tem como tirar no  
1128 relatório o número de denúncias que eram procedentes, as que não eram procedentes, que  
1129 evoluíram para processo administrativo. Então este dado a gente tem condições de estar  
1130 fornecendo. E os prazos nós temos uma resolução também que é de vinte dias, caso não consiga  
1131 resposta ele pode ser prorrogável por mais dez dias. Mas nós temos às vezes dificuldades quando  
1132 precisa de informação, por exemplo do município, as vezes o município não tem ouvidoria, não tem  
1133 um processo de trabalho organizado, aí dificulta um pouco. Mas, via de regra, nós por quadrimestre,  
1134 nós temos oitenta por cento de resolutividade, ou seja, oitenta por cento das demandas são  
1135 resolvidas dentro do prazo. A gente considera um bom percentual. Obrigada, qualquer coisa a gente  
1136 está à disposição. Eu vou deixar aqui um relatório do último quadrimestre, depois será passado para  
1137 ver. E lembrando sempre que estão também no *site*. Obrigada.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
1138 **(CREF9/Paraná)** “Obrigada Oliva, então ficamos combinados assim, que a Ouvidoria mande o  
1139 relatório mensal com os dados que vocês têm e nós passamos para as Comissões pertinentes aos  
1140 dados do relatório da Ouvidoria para fazer o acompanhamento, daí a gente já vence a pauta  
1141 referente ao relatório do pessoal da Ouvidoria. Obrigada Oliva pela presença. Pessoal, nosso  
1142 próximo item de pauta seria apresentação do dia da visita da Conselheira Olga, para a gente não  
1143 adentrar e atrapalhar o almoço de vocês. Eu conversei com a Conselheira Olga para deixar para o  
1144 período da tarde e só vou fazer uma alteração de pauta, que é uma coisa rápida, o próximo item  
1145 seria uma ratificação da Agenda Mínima e proposição da Agenda Permanente, já explicarei para  
1146 vocês como vai ser proposto. Pessoal então, esse item de pauta ele foi decorrente a uma reunião  
1147 que nós tivemos com Promotor Doutor Marcelo Paulo Maggio, onde estivemos presentes, a Mesa  
1148 Diretora, eu representando a Mesa e o Guilherme, o SINDSAÚDE através da Conselheira Olga e do  
1149 advogado Ludimar e representando a Gestão estava o Diretor Geral, Sezifredo. Nessa reunião  
1150 então, a gente discutiu alguns itens referentes ao Conselho e ficamos acordados de fazer a  
1151 ratificação da Agenda Mínima, então é só ratificar o que já foi aprovado pelo Pleno antes do início  
1152 desta Gestão, da Mesa Diretora, e fazer uma proposição da Agenda Permanente. Então vou fazer a  
1153 leitura só da Agenda Mínima para ratificar o que nós já aprovamos tá? Agenda Mínima a gente não  
1154 precisa discutir ela. Então, o que nós temos então para o transcorrer do ano de Agenda Mínima.  
1155 Para o dia vinte e cinco de agosto de dois mil e dezessete, a discussão do Projeto de Lei  
1156 Orçamentária Anual, então a LOA dois mil e dezoito. Nós temos no dia treze de junho a Conferência  
1157 de Saúde da Mulher, Estadual. E do dia primeiro ao dia quatro de agosto temos a etapa nacional da  
1158 Conferência de Saúde das Mulheres. Do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, a  
1159 Programação Anual de Saúde, PAS dois mil e dezoito. No dia vinte e oito, nove o Relatório  
1160 Quadrimestral de Gestão, segundo quadrimestre dois mil e dezessete, o VIGIASUS e o  
1161 acompanhamento dos Projetos da SESA. No dia vinte e nove de novembro, a Conferência em

1162 Vigilância em Saúde, e a etapa nacional de vinte e um a vinte e quatro de novembro. No dia vinte e  
1163 sete de outubro de dois mil e dezessete, a avaliação do Mapa Estratégico do Conselho Estadual de  
1164 Saúde do Paraná, e no dia vinte e três de novembro de dois mil e dezessete, Operação Verão. Então  
1165 estes são os itens que a gente tem de Agenda Mínima, então é só fazer a ratificação destes itens, e  
1166 a questão da Agenda Permanente, o que é a proposta que temos, então na reunião que tivemos  
1167 entre as entidades já nominadas, ficou discutido que alguns assuntos são pertinentes para que  
1168 sempre seja pautado no Conselho Estadual nós então, estamos propondo para a primeira, neste  
1169 momento inicial, fazer um levantamento porque eu sei que como este item não estava pautado na  
1170 reunião, porque a reunião que tivemos com o Promotor foi após a reunião da Mesa, a ideia é que os  
1171 conselheiros encaminhem sugestões de temas que a gente possa fazer uma Pauta Permanente. A  
1172 Olga já tinha algumas sugestões na reunião, talvez alguns outros membros do Conselho também  
1173 tenham algumas sugestões que essas propostas sejam encaminhadas para a Secretaria Executiva,  
1174 a Mesa faz o levantamento dos temas, para ver quais temas são mais pertinentes pelos  
1175 conselheiros, o que veio de propostas, e aí a gente, na reunião de junho ou de julho, porque uma de  
1176 junho já está próxima, talvez fique um tempo curto para vocês pensarem nas propostas, podemos  
1177 estabelecer de repente até o final de junho, aí fica a discussão para os conselheiros, de data para  
1178 envio destas propostas. Podemos estabelecer dia trinta de junho envio das propostas, e em julho a  
1179 gente faz a apresentação do que veio de propostas, fazer um relatóriozinho, do que os conselheiros  
1180 estavam querendo fazer as discussões, podemos estabelecer já até algum critério de Agenda, de  
1181 Programação, que a gente também vai ter que fazer uma divisão destes assuntos para pautar mês a  
1182 mês que talvez possam vir diversos pontos, e a gente não consegue fazer tudo num mês, talvez  
1183 alguns a gente tem que dividir nos meses, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro. E a  
1184 proposta, então fica neste sentido, encaminhamento de que os conselheiros mandem as suas  
1185 sugestões, a gente faz uma apuração e um levantamento do que nós recebemos. A gente vai definir  
1186 pela data, a princípio é a ideia é a gente fazer esta apresentação em julho para dar tempo hábil para  
1187 que todo mundo possa mandar as sugestões. Visto que nossa próxima reunião do Conselho é no dia  
1188 quatorze, então nós teríamos, se fosse dia quatorze, duas semanas para mandar, ficaria muito curto.  
1189 Então, tempo também fica muito curto. A sugestão então, inicial, é que a gente deixe um prazo, de  
1190 repente até o final do mês de junho, se o Pleno acatar e em julho a gente apresenta estes dados.  
1191 Esta é a ideia deste item de pauta. Abro para discussão, perguntas, dúvidas dos conselheiros e  
1192 conselheiras. Olga.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Eu não sei, Mesa, só refletindo aqui, talvez não seja  
1193 necessária tanto tempo assim. Porque são propostas de Pauta Permanente né? Talvez até na  
1194 próxima reunião, que a gente vai ter, a gente já possa apresentar algumas propostas. E aí deliberar  
1195 sobre o assunto, porque não é uma coisa tão, sabe. Não tem tramite burocrático, nada, é uma coisa  
1196 mais rápida. Eu penso que às vezes a gente demora muito para encaminhar coisas e talvez não  
1197 precise disso tudo.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Na verdade a gente já  
1198 passou em ter esta proposição porque a Mesa não vai fazer reunião até a próxima reunião do Pleno.  
1199 A gente já fez a reunião. E aí o que acontece, para a gente conseguiu levantar e tabular todos estes  
1200 dados, talvez a gente tenha dificuldade com relação ao prazo. Porque como a gente tem a  
1201 Conferência a gente não ia ter um tempo hábil para isso. Caso o Conselho queira a gente pode  
1202 trazer um preliminar, só que se a gente aprovar, depois para alterar fica mais complicado, porque a  
1203 gente já vai ter algumas datas definidas com alguns temas. Mas, o Pleno é que vai fazer a  
1204 deliberação sobre este assunto. Palmira.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Bem, estou olhando as datas  
1205 ali Marcelo, as datas em vermelho, certo? E tem a Programação Anual de Saúde, a PAS dois mil e  
1206 dezoito, ele está dia vinte e nove de nove de dois mil e dezessete, Relatório Quadrimestral de  
1207 Gestão, segundo quadrimestre dois mil e dezessete, VIGIASUS e acompanhamento, vinte e oito do  
1208 nove de dois mil e dezessete, e a Conferência em Vigilância de Saúde, etapa nacional de vinte e um  
1209 a vinte e quatro do onze, CES, vinte e nove do nove, tem datas que estão se sobrepondo, e são  
1210 atividades diferentes. Então, quer dizer são coisas que você, e depois tem aquela questão também,

1211 normalmente, nós discutimos em reunião ordinária, e a reunião ordinária vai ser na mesma data do  
1212 VIGIASUS, da Conferência da VIGIASUS é esta a questão. Que ali tem sim, as mesmas datas.” **Sr.**  
1213 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “É que esta era a proposta da Agenda Mínima que  
1214 tinha sido aprovada. A Conferência de Vigilância, etapa estadual, nem é mais nesta data. Já teve  
1215 mudança. Como nós tínhamos aprovado isso, nós não fizemos nenhuma alteração no que tinha sido  
1216 aprovado. A data da Conferência de Vigilância, conforme o Regimento que nós aprovamos, é em  
1217 outra data já. É vinte e nove? Ah então eu que me equivoquei. Mas, isso a gente apresentou que era  
1218 o que tinha sido aprovado. Aí algumas coisas a gente vai ter que fazer algumas adequações para  
1219 bater no Calendário das reuniões do Conselho Estadual, mas a gente não precisa fazer nenhuma  
1220 alteração do que não tinha sido aprovado de forma diferente. Ok? Mas será contemplado nas datas  
1221 da reunião do Pleno. Sonia.” **Sra. Sonia (Rede de Mulheres Negras)** “Só para correção. A  
1222 Conferência de Saúde da Mulher Nacional, ela foi transferida para de dezoito a vinte de agosto. De  
1223 agosto.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Obrigado. E esses apontamentos,  
1224 Palmira colocou, a Sonia colocou, são importantes porque a gente também já tinha aprovado com  
1225 uma antecedência bem grande, algumas alterações são necessárias. É importante que vocês  
1226 registraram isso, na ata, para ficar registrado para a gente adequar de acordo com as necessidades  
1227 de cada ponto colocado. Pessoal, vamos estabelecer o prazo. Desculpe, então antes da minha fala o  
1228 Amaury tinha se inscrito.” **Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR)** “Essa Agenda Mínima, pelas datas  
1229 que estão ali, salvo engano, são as datas limites para apresentação desta documentação. O que me  
1230 parece é que teve uma reclamação no Ministério Público sobre a antecedência para chegar aos  
1231 conselheiros desta documentação, então não sei se a gente teria que estabelecer um prazo, porque  
1232 como aconteceu aqui hoje a questão do Decreto, da Lei complementariedade, nós não tínhamos,  
1233 não sabíamos nem o que o era e que não chegou com antecedência para a gente poder avaliar.  
1234 Porque muitas vezes a documentação é apresentada, de surpresa para nós aqui, na hora da reunião  
1235 você nem tem tempo de pensar se você tem alguma proposta, se tem alguma discussão, algum  
1236 questionamento. Se a gente consegue a documentação sempre com antecedência de no mínimo  
1237 dez dias de antecedência, que deve se preocupar com isso, para a gente poder ter um tempo para  
1238 avaliar e depois já chegar com talvez algumas dúvidas sanadas, vai até diminuir a discussão, ou vai  
1239 ter aí algumas perguntas que vai enriquecer mais a discussão. Então, teria que estabelecer um  
1240 prazo de antecedência de encaminhamento da documentação quando envolver documentação.” **Sr.**  
1241 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Ok. Acatada a sugestão do Conselheiro Amaury.  
1242 Que esse foi até um dos assuntos que foi discutido nesta reunião do dia doze que foi após a reunião  
1243 da Mesa, então, a gente estava fazendo os trâmites de documentação e não tivemos tempo para  
1244 salientar as pendências. As datas dali da Agenda, elas são as datas que nós temos as reuniões e os  
1245 eventos oficiais. Então, não é questão dos documentos, a questão de como tem que ser o prazo que  
1246 foi definido por este Conselho para debater os assuntos pertinentes a cada data ali na apresentação  
1247 conforme projeção. Para a gente encaminhar, para podermos ir almoçar, vamos estabelecer uma  
1248 data limite para envio destas propostas, para que daí a Secretaria Executiva, possa se organizar e a  
1249 Mesa possa fazer as propostas para os pontos futuros. Temos o Luís Américo e a Marcia inscritos.”  
1250 **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** “Eu entendendo o seguinte, a data limite para propostas,  
1251 vai ser no decorrer do ano inteiro. Ou do outro ano. A gente vai na indicação de pauta coletivamente,  
1252 eu acho que colocar dia tal, ou mês tal, se tem uma novidade em novembro, eu não vou poder  
1253 colocar para discussão e ponto de pauta.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)**  
1254 “Não é isso Luiz Américo. É assim, alguns itens de pauta são permanentes porque são relevantes de  
1255 acompanhamento mensal. Como a Olga trouxe, relatório da Ouvidoria. De ser entregue  
1256 mensalmente. Então algumas pautas têm pertinência de ter uma permanência na pauta. Outros itens  
1257 de pauta que são pontuais, como você trouxe alguns assuntos para a gente, a gente pauta  
1258 pontualmente. Não vai ter prejuízo de assuntos que surgirem no transcorrer, não possam ser  
1259 pautados. Como tem a Agenda Mínima, a gente vai ter uma pauta permanente com alguns assuntos,

1260 não vai ser todos os assuntos que forem propostos como pautas permanente, porque alguns  
1261 assuntos há mais relevância, tem necessidade de ter um pontuamento no Pleno, com certa  
1262 frequência, outros assuntos são mais pontuais que a gente pode pautar uma reunião ou em outra  
1263 reunião, ok? Marcia.” **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** “Só para já ficar correto ali, vamos colocar  
1264 na PAS, é vinte e oito do nove, aí já fica certinho o Calendário, porque é o dia da reunião do  
1265 Conselho. Ali, Programação Anual de Saúde, PAS dois mil e dezoito a data lá, vinte e oito do nove  
1266 daí. Lá na frente, no vermelhinho. No de cima Fábio.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
1267 **(CREF9/Paraná)** “Pessoal, então vamos estabelecer a data para a gente poder almoçar. Este  
1268 assunto era para ser rápido, só para explicar para vocês, porque a gente não vai aprovar isso agora,  
1269 senão a gente vai almoçar uma hora da tarde e ter que voltar às duas, aí ninguém almoça. Pessoal,  
1270 sugestão de data limite para apresentar as propostas. Alguém tem alguma sugestão? A Mesa está  
1271 sugerindo a data do dia trinta de junho. Para ficar registrado, vou colocar em votação só a data  
1272 então, que daí, por contraste, não precisaremos contar. Então, os favoráveis a data de trinta de  
1273 junho para envio das propostas de pauta permanente, levantem seus crachás. Ok. Podem abaixar.  
1274 Contrários. Nenhum contrário, abstenções. Nenhuma abstenção. Então aprovado o envio de  
1275 propostas para pautas permanentes no dia trinta de junho. Em julho a gente faz a apresentação  
1276 então, com relatório do que a Mesa recebeu e fazemos sugestão de Calendário para o final do ano.  
1277 Pessoal, então agora, faremos a pausa para o almoço. Retornamos treze e trinta, tá bom para os  
1278 conselheiros e conselheiras? Então retornamos treze e trinta. Obrigado, bom almoço.” **(F8) Sr.**  
1279 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Senhores e senhoras, solicitamos ao pessoal que  
1280 está fora da sala para adentrar, para podermos dar início a contagem de quórum para a reunião do  
1281 período da tarde. Pessoal, vamos fazer a contagem dos crachás para vermos se temos quórum para  
1282 começar o período da tarde. Então, os conselheiros presentes por favor, e conselheiras, levantem os  
1283 crachás.” **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** “Fazendo a contagem. Vinte e quatro.” **Sr. Marcelo**  
1284 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Vinte e quatro, quórum adequado. Então próximo assunto,  
1285 item da pauta, é a apresentação do pedido de vistas da Conselheira Olga.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)**  
1286 “O pedido de vistas que fiz, foi na reunião de março, quando nos foi apresentado em slides, um  
1287 estudo das ações do Curso de Capacitação de Conselheiros Municipais, Estaduais de Saúde,  
1288 secretarias Executivas dos Conselhos do Paraná do período de dois mil e treze a dois mil e  
1289 dezesseis. É este o assunto em pauta. Bom, nós estudamos o projeto que nos foi encaminhado e eu  
1290 penso que, Mesa não seria possível ler o projeto novamente, não é? Então, nós fizemos assim, se  
1291 todos têm o projeto podem ir acompanhando. Na primeira página a informação de que foram  
1292 disponibilizadas três mil setecentos e quatorze vagas para as vinte e duas Regionais de Saúde. Este  
1293 número não diz nada, a não ser um número. Número de vagas, é o número de vagas, então a gente  
1294 sugere que seja informado quantas vagas foram preenchidas, quantos conselheiros, quantas  
1295 conselheiras finalizaram o Curso em todos os módulos, assim como em cada um dos módulos,  
1296 porque o Curso dava esta possibilidade de você frequentar um módulo e não um outro, por  
1297 município, por Regional de saúde, discriminando quais os segmentos que participaram de forma  
1298 também detalhada. E a gente entende que o número de vagas disponibilizadas não reflete o real  
1299 movimento que o Curso teve. E o alcance que ele teve. Vou dar um exemplo, na turma aqui de  
1300 Curitiba e Região Metropolitana, São José dos Pinhais se inscreveu, mas não compareceu. Então  
1301 não posso dizer que os trezentos e noventa e nove municípios participaram. Neste caso, como eu  
1302 pude observar a ausência de um município, foram trezentos e noventa e oito, então eu quis saber  
1303 em todo o Estado como isso aconteceu. Esses números estão disponibilizados, foram  
1304 disponibilizados pelo corpo docente do Curso, com este detalhamento, o que certamente  
1305 possibilitará a apresentará deste levantamento sem qualquer problema. Na segunda página, os  
1306 objetivos do Curso foram: promover o exercício da cidadania, favorecer a compreensão da trajetória  
1307 política, institucional e legal do SUS sobre instrumentos de gestão pública e formas de participação e  
1308 Controle Social. Isso eu tirei da página da Escola de Saúde Pública, depois vou passar o documento

1309 escrito para a Mesa, tem lá o endereço eletrônico. Pois bem, se os objetivos foram esses, uma  
1310 avaliação deste Curso, ele tem que atender a necessidade de se conhecer se estes objetivos para  
1311 os quais o Curso foi elaborado, foram atingidos. Somente após o acesso a estas informações, será  
1312 possível propor, como se diz aqui na página dois, melhorias na qualidade de capacitações futuras  
1313 além de outras propostas. Porque quando o objetivo geral fala que vai avaliar estas contribuições do  
1314 Curso com vistas a melhoria da qualidade, eu já estou fazendo um juízo de valor. O Curso precisa  
1315 ser melhorado. E eu não tenho esta informação porque estou fazendo esta pesquisa exatamente  
1316 para saber esta informação. Então o objetivo não pode ser este que está colocado ali. Em outras  
1317 palavras, é necessário conhecer qual a percepção dos participantes sobre a qualidade do Curso,  
1318 para possibilitar propostas em razão das informações que serão coletadas sistematicamente. Então,  
1319 a proposta é de adequar ao objetivo geral e os específicos, pois da forma como foram elaborados,  
1320 não se terá avaliação a respeito dos objetivos do Curso que foram relacionados, principalmente  
1321 condizentes à percepção dos participantes e das repercussões que o Curso teve na prática do  
1322 Controle Social. O outro questionamento que a gente faz é assim, qual é o problema que sustenta  
1323 este projeto, todo projeto de pesquisa tem um problema, ele não está explicitado no projeto. Qual é a  
1324 justificativa dele? O que se pretende com este projeto? São perguntas relacionadas ao tema,  
1325 problema, hipótese de pesquisa, justificativa, objetivo e a metodologia. E um outro item bastante  
1326 importante que não tem aqui no projeto, que é o custo dele. A gente não tem isso no projeto. Então a  
1327 proposta é que se definam estes elementos para que possamos justificar o aporte de recursos para  
1328 realização do projeto. Uma outra questão fala sobre o procedimento metodológico. Foi afirmado no  
1329 projeto original, que é um estudo transversal com recorte no período de dois mil e treze a dois mil e  
1330 dezesseis. Ocorre que o Curso aconteceu neste período exatamente, então não se trata de um  
1331 recorte. Ele vai estudar todo o período do Curso que ele foi realizado. Além do mais, o estudo  
1332 transversal, ele não trata de avaliação de risco. O estudo transversal ele é avaliação de risco. Pois o  
1333 estudo transversal descreve os indivíduos de uma população com relação às suas características  
1334 pessoais, suas histórias de exposição a fatores causais suspeitos que entendemos não é o caso do  
1335 Curso em tela. O Curso não é um fator causal suspeito. A proposta é que seja apresentada a  
1336 metodologia de pesquisa a ser utilizada para o objetivo proposto pois se não conhecemos o caminho  
1337 certamente não chegaremos ao local pretendido. Assim como sejam definidas: a modalidade, o tipo  
1338 de pesquisa a ser utilizada com suas respectivas referências teóricas. Nós sugerimos também para  
1339 os próximos relatórios, todos, de todas as origens, que as páginas sejam numeradas, para facilitar a  
1340 localização dos elementos no texto. Essas foram as considerações que a gente fez, em razão do que  
1341 foi apresentado. Ah, inclusive aqui, não sei dizer qual é o número, um, dois, três, na quarta folha,  
1342 está lá escrito, abaixo do cronograma, recursos, fonte de recursos financeiros, CES. Então, supõe-se  
1343 pela informação, que terá custo financeiro, mas esta informação não veio. E a última questão, é que  
1344 uma capacitação, um Curso, ele pode habilitar as pessoas, sensibilizar as pessoas, mas ela não vai  
1345 ampliar a participação social. Ou seja, não vai aumentar o alcance da participação social, para isso  
1346 existem outros meios que não sejam os Cursos. Enfim, são essas as considerações. Muito  
1347 obrigada.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Obrigado, Conselheira Olga, pelo  
1348 posicionamento. Vamos passar então, para a Ana, Diretora da Escola de Saúde Pública, para se  
1349 manifestar em relação.” **Sra. Ana (Escola de Saúde Pública do Paraná)** “Boa tarde a todos. Para  
1350 quem não me conhece, me chamo Ana Fonseca, estou a Direção da Escola de Saúde Pública e do  
1351 Centro Formador. Quando o projeto foi apresentado, a gente já colocou, ou senão colocou, estarei  
1352 colocando agora que é um pré-projeto. E quando a gente trouxe aqui, justamente para que os  
1353 senhores conselheiros, assim como a Conselheira Olga fizessem as considerações. Esse projeto  
1354 está sendo discutido, na Comissão de Educação Permanente, ele retornará com estas  
1355 considerações, à discussão, e na próxima Plenária, nós traremos um retorno a partir destas  
1356 considerações que a Olga fez. Só quero já afirmar que provavelmente não terá custos, porque se  
1357 você viu a estratégia metodológica a gente vai fazer *on line*, questionários *on line*. Então não terá

1358 custos. Se a gente confirmar a partir desta nova discussão, o custo será zero. A gente está tentando  
1359 cada vez mais utilizar outras ferramentas para que evite os deslocamentos e que a gente otimize os  
1360 recursos. É isso.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Ok. Obrigado, Ana.  
1361 Conselheira Olga, mais alguma consideração?” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Uma. Eu estou com a  
1362 Programação Anual de Saúde de dois mil e dezessete me este Curso não foi previsto. Este custo, ou  
1363 essa. Se não tem custo, a gente fez esta consideração do custo, sabe Ana, porque está escrito aqui.  
1364 E aí a gente procurou aqui na Diretriz dezesseis que é o Fortalecimento da Gestão do Trabalho em  
1365 Educação Permanente em Saúde e este Curso não está previsto na PAS. Não que ele não possa  
1366 ser realizado por conta disso, mas é importante que se coloque que ele não foi previsto como ação  
1367 na diretriz dezesseis. Então, é um debate que tem que ser feito com os conselheiros para poder  
1368 entender melhor como a PAS funciona em razão das ações.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
1369 **(CREF9/Paraná)** “Ok. Ana.” **Sra. Ana (Escola de Saúde Pública do Paraná)** “Se você voltar na  
1370 Diretriz dezesseis, ali na meta.... vai passando um pouquinho. Ampliar o apoio a processos de  
1371 construção e disseminação do conhecimento, quando a gente fala construção e disseminação a  
1372 gente também pode colocar aqui dentro as pesquisas, porque ao pesquisar a gente também estará  
1373 produzindo conhecimento. Então eu acho que cabe bem nessa meta.” **Sr. Marcelo Hagebock**  
1374 **Guimarães (CREF9/Paraná)** “Alguém quer fazer mais alguma consideração? Então, a Mesa vai  
1375 solicitar Olga que você encaminhe para a Secretaria Executiva o seu relatório, do pedido de vistas. E  
1376 aí nós encaminhamos para a Escola de Saúde Pública para fazer as adequações necessárias e na  
1377 próxima reunião então, nós fazemos a apresentação das adequações conforme o pedido de vistas  
1378 da Conselheira Olga. E já acatada pela Ana, Diretora da Escola de Saúde  
1379 Pública do Paraná. Então, pessoal, como este ponto ficou pendente das adequações, nós não  
1380 vamos precisar aprovar hoje este item, fica para a próxima reunião a aprovação do relatório, o final  
1381 das ações do Curso de Capacitação de Conselheiros. Olga.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Sim, eu li a  
1382 ata, não estive na reunião, mas eu li toda a ata e aqui foi apresentado um outro Curso que é um  
1383 projeto para multiplicadores de conselheiros. Eu gostaria de saber quando isso entrará na pauta para  
1384 a gente fazer a discussão, considerando que foi colocado aqui na linha novecentos e cinquenta e  
1385 oito, da ata anterior que estaria disponível o projeto na página dos conselhos, estaria disponível na  
1386 página eletrônica, mas a gente procurou em todas as páginas, revirou e não encontrou o projeto. Na  
1387 fala que foi apresentado, disse que estaria aqui, mas ele não está. Eu gostaria de que então, solicitar  
1388 à Mesa que remeta para os conselheiros este projeto para que a gente possa na pauta em que ele  
1389 for discutido fazer o debate sobre ele.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)**  
1390 “Maurício depois a Ana.” **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** “Só fazendo então, esclarecimento à  
1391 Olga e aos demais conselheiros e conselheiras. Esta apresentação já foi inserida no *site* do  
1392 Conselho. No item, apresentações. Mas está como apresentação.” **Sra. Ana (Escola de Saúde**  
1393 **Pública do Paraná)** “Posso falar? A gente fez a apresentação do pré-projeto aqui, não está  
1394 disponibilizado o projeto na íntegra, na página está a apresentação que foi feita aqui na Plenária,  
1395 porque? Porque ainda falta a gente fechar algumas coisas do projeto, que nesta última reunião como  
1396 datas das oficinas nas quatro macrorregiões e assim que possível a gente fechar, com certeza, a  
1397 gente deixará disponível na página.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Bem a Ana colocou que é um pré-  
1398 projeto e pré-projeto, nós não aprovamos. E eu não lembro de votação quando coloca se foi  
1399 aprovado, a Ana mesma colocou que foi só uma apresentação. Foi só uma apresentação. Então, ele  
1400 não foi, foi uma proposta. Ele não foi aprovado neste Pleno, ele não foi votado. Só que o que a  
1401 companheira Olga está colocando é que realmente na ata, ele consta que o projeto estaria na página  
1402 do CES. Só que ele não tem projeto, ele tem apresentação e a apresentação não é o projeto. Então  
1403 o que nós estamos pedindo, solicitando é que seja encaminhado o projeto em si, na íntegra, não só  
1404 a apresentação. Porque às vezes na apresentação você tem algumas coisas que constam no projeto  
1405 e para didática nós cortamos alguma coisa para ir mais rápido. É esta a questão.” **Sr. Rangel**  
1406 **(FEHOSPAR)** “Mais alguém? Ok. Então a Ana já tinha se posicionado, já tinha esclarecido, a hora

1407 que finalizar o pré-projeto ou projeto, ela vai inserir para poder discutir. Tá jóia?” **Sr. Marcelo**  
1408 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Pessoal, então.... (falas ao fundo sem microfone).” **Sra.**  
1409 **Marcia (Pastoral da Saúde)** “O que estou entendendo que a Conselheira Olga está falando, de dois  
1410 projetos. Um que você pediu vistas e o outro da qualificação de multiplicadores. Então eu vou olhar  
1411 aqui na ata, porque o que me passaram é que este projeto foi aprovado na reunião anterior. Então,  
1412 eu vou olhar aqui e depois a gente volta a falar.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
1413 **(CREF9/Paraná)** “Pessoal, vamos manter a calma, vou só dar o encaminhamento para a gente  
1414 encerrar o debate. Eu lembro desta reunião, esta reunião a Comissão de Educação Permanente  
1415 tinha pedido um ponto de pauta e apresentou dois itens. Um era o que a Olga pediu a vistas. E o  
1416 outro era o outro pré-projeto. O pedido de vistas da Conselheira Olga, nós resolvemos agora e como  
1417 tinha sido no dia a solicitação do pedido de vistas após as duas apresentações e um esvaziamento  
1418 do Pleno, o assunto não foi colocado em votação para aprovação. A Ana já trouxe que o projeto  
1419 ainda não foi concluído, então a gente não vai pautar enquanto o projeto não for concluído para a  
1420 gente poder discutir. Quem quiser ter acesso a apresentação que foi feita naquele dia aqui, está  
1421 disponível no *site* do Conselho Estadual, conforme o Maurício já orientou. Caso alguém queira saber  
1422 informações a mais, contata o Maurício, a gente entra em contato com a Escola e pergunta a  
1423 quantas anda o projeto. Porém, não temos como pautar porque a Escola ainda não terminou o  
1424 projeto, a gente não vai votar um projeto que está incompleto. Vencido o assunto? Ok? Para o mês  
1425 que vem então, já está, o Maurício já anota para a gente fazer a pauta com o assunto pertinente ao  
1426 pedido de vistas da Conselheira Olga que a Escola já se prontificou a fazer as adequações conforme  
1427 foi relatado agora a pouco. Próximo item de pauta: a visita ao hotel. O que a gente está sugerindo?  
1428 Nós estamos então com a licitação sendo encaminhada para o hotel para próximo ano, a partir de  
1429 setembro, Maurício confere? Que nem fizemos a licitação para este hotel, vence a licitação deste  
1430 hotel em agosto, e a partir de setembro nós temos novo edital de lançamento para o hotel onde  
1431 serão as reuniões do Conselho Estadual. A Mesa junto com a Secretaria Executiva está sugerindo  
1432 que nós indiquemos dois conselheiros ou conselheiras, para fazer a visita aos hotéis que estão  
1433 concorrendo a licitação no dia quatorze de junho, no período da tarde. A previsão que a gente faça a  
1434 reunião em junho, no período da manhã e à tarde no dia quatorze que está programado nossa  
1435 reunião, estes dois conselheiros ou conselheiras, ou um de cada gênero, possam fazer a visita nos  
1436 hotéis que estão concorrendo a licitação. O que a gente está sugerindo, que preferencialmente  
1437 sejam conselheiros que utilizem o serviço do hotel. Ou seja, que nós que somos de Curitiba, eu me  
1438 incluo, incluo o Guilherme como componente da Mesa, como nós não vamos ficar hospedados no  
1439 hotel que vencer, entendo por bem que, a visita seja feita por quem vai utilizar o serviço. Já usam o  
1440 serviço aqui, usavam quando era no outro hotel e essas pessoas possam ver todos os itens  
1441 importantes: ambiente, acessibilidade, qualidade do hotel, entre outros. Então nós vamos eleger  
1442 duas pessoas aqui, os dois eleitos a gente organiza porque a gente tem que ver também o horário  
1443 de passagem para volta depois, teremos que fazer estas adequações para quem ficar, pois ficarão  
1444 até mais tarde no dia quatorze. Quem se candidata ou se habilita para ficar na visita do hotel. A Rita  
1445 está se inscrevendo... ” **Sra. Rita (HU-Londrina)** “Na verdade estou me inscrevendo, mas quero  
1446 fazer uma colocação antes. Eu acho que seria importante Marcelo que quem fizessem ciência dos  
1447 requisitos feitos no edital, porque uma coisa é você ir lá para falar o que eu gosto, e outra coisa é o  
1448 que consta no edital que o serviço tem que oferecer. Então neste sentido, eu acho que tinha que ter  
1449 um check list para as duas pessoas para ser do mesmo parâmetro de avaliação. Eu posso até ir,  
1450 mas posso colocar meu nome, mas gostaria que isso fosse bem claro, porque daí não fica na  
1451 bondade, no achismo, na questão de índice subjetivo. É concreto.” **Sr. Marcelo Hagebock**  
1452 **Guimarães (CREF9/Paraná)** “Super importante sua colocação Rita, acho que as duas pessoas que  
1453 forem eleitas aqui a gente disponibiliza os critérios que foram do edital para a visita no hotel. Rita, só  
1454 para confirmar? Você se candidata? Então temos a Rita se candidatando. **Sra. Olga (SindSaúde)**  
1455 “Segmento dos Trabalhadores, está indicando a Palmira.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**

1456 **(CREF9/Paraná)** “Vou pedir que os candidatos falem ao microfone para ficar registrado.” **Sr. Amaury**  
1457 **Lopes (ANEPS)** “Eu, Segmento Usuário está indicando o Amaury de Apucarana. **(F9)** Para que fique  
1458 claro.” **Sr. Amaury Alexandrino (DEFIPAR)** “Me colocou à disposição e só esclarecendo a Rita, no  
1459 ano passado eu fiz parte da Comissão, e nós já temos esta lista com todas as perguntas que devem  
1460 ser respondidas, se atende ou não. O Maurício já tem isso organizado, que fica muito fácil e todos os  
1461 hotéis seguem o mesmo padrão, e vão ser respondidas as mesmas perguntas, aquele que for  
1462 desclassificado é porque ele não se enquadrou na condição que foi exigido no edital, isso é bem  
1463 tranquilo.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “A Sonia já tinha pedido a palavra  
1464 também, Sônia? Não? Palmira.” **Sra. Palmira (FESMEPAR)** “Bem, quanto à indicação do Segmento  
1465 Trabalhadores eu coloco meu nome à disposição e considerando que em relação a vistoria tanto em  
1466 hotel quanto em qualquer outra instituição que vá ser feita, eu já tenho ampla experiência em fazer  
1467 isso e eu sempre me detenho àquilo que está no questionário e sempre me coloco na visão do outro,  
1468 então quanto a isso, quem utiliza hotel sabe, nós sempre temos que nos colocar na visão do outro e  
1469 quanto ao nome do Amaury, eu coloco o seguinte, o Amaury é mais do que ninguém, a pessoa  
1470 portadora de deficiência, portador de necessidades especiais, ele tem que estar em todas as  
1471 comissões em relação a isso de vistoria. Porque a visão do Amaury é de quem utiliza esse serviço.  
1472 Ok?” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Ok. A gente vai.... Tem mais algum  
1473 candidato? Temos inscritos: a Rita, Palmira e o Amaury. Mais alguém?” **Sra. Palmira (FESMEPAR)**  
1474 “Quero fazer um questionamento. E porque não os três? Porque nós estaremos aqui, nós estaremos  
1475 aqui. A Rita do Segmento de Prestador, a Rita também utiliza o hotel e também tem essa visão  
1476 crítica. E o carro que vai levar dois, leva três, não é quatro, nem cinco. Se fossem quatro, seria um  
1477 número maior, mas três não é muito maior.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)**  
1478 “Quando nós pensamos que teriam mais gente candidato a gente estabeleceu o número de dois,  
1479 como não há mais candidatos, há os três, não vemos prejudicabilidade de encaminharmos os três.  
1480 Mas como na visita anterior tinham uns dez que queriam ir, para levar dez, seria mais complicado  
1481 por logística. Mas havendo apenas os três candidatos não há prejudicabilidade no processo de  
1482 vistoria e fica legal. Um do Segmento Usuário, um do Segmento Trabalhador e um do Segmento  
1483 Prestador. E contempla aí todas as áreas de Segmentos. Luiz Américo.” **Sr. Luiz Américo Delphim**  
1484 **(SINDIPETRO)** “Fora esta discussão, vai ter outra discussão, ou só do hotel. Vamos falar sobre  
1485 transporte sobre outra coisa ou não, porque o contrato vence junto, coisa parecida?” **Sr. Marcelo**  
1486 **Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Esta vistoria é para o hotel especificamente. Tá?” **Sr. Luiz**  
1487 **Américo Delphim (SINDIPETRO)** “Vai ter outras discussões, ou posso pedir encaminhamento da  
1488 licitação do transporte?” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Como está a licitação  
1489 do transporte?” **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** “Desculpa, Luiz Américo Delphim, você pode  
1490 esclarecer melhor esta questão?” **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** “Se o contrato da  
1491 locação é o mesmo período do contrato do hotel?” **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** “Não, são  
1492 situações distintas.” **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** “Certo, e quando vence o do  
1493 transporte?” **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** “De memória não lembro, mas posso passar para  
1494 você sem sombra de dúvidas.” **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** “Obrigado. Para o  
1495 colegiado também. Obrigado.” **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** “Isso.” **Sr. Marcelo Hagebock**  
1496 **Guimarães (CREF9/Paraná)** “Mais algum questionamento? Então, pessoal, ficamos com a  
1497 Comissão composta então com os três representantes? Para registrar em ata, a Rita, Segmento  
1498 Prestador. Palmira, Segmento Trabalhador e Amaury Alexandrino, Segmento Usuário. Pessoal,  
1499 então, Comissão está eleita, parabéns aos três membros que vão vistoriar o hotel. Que vocês  
1500 possam estudar o edital da licitação que o Maurício encaminhará para vocês os itens importantes.  
1501 Geralmente tem no check list já que a Secretaria Executiva já deixa para ser feita, para manter o  
1502 padrão, para as perguntas serem na mesma linha, no hotel e nos itens a serem verificados. E que a  
1503 gente possa optar pelo hotel que vá dar mais conforto e qualidade para as ações do Conselho  
1504 Estadual para o período de setembro de dois mil e dezessete a agosto de dois mil e dezoito.

1508 Fechado este item. Próximo tem da pauta: vou pautar aqui então, o pedido da Conselheira Olga  
1509 sobre a audiência pública do dia trinta e um de maio.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Nós temos na Lei  
1510 complementar cento e quarenta e um, várias atribuições colocadas ao Controle Social a respeito das  
1511 finanças da saúde. E no artigo trinta e seis, parágrafo primeiro e parágrafo quinto, que o Executivo  
1512 tem que apresentar o Relatório Anual de Gestão, no dia trinta de março do ano anterior, obviamente,  
1513 e no ano corrente, ele tem que apresentar no mês de maio, setembro e fevereiro o Relatório  
1514 Quadrimestral. Ocorre que isso tem que ser feito pelo artigo quinto, em audiência pública na Casa  
1515 Legislativa do respectivo ente da federação, nosso caso, Assembleia Legislativa do Paraná. Isso é  
1516 feito sistematicamente no entanto, o Conselho não é chamado, o Conselho não é alertado que essa  
1517 audiência pública é feita na Assembleia Legislativa. E nunca é convidado. Isso é feito para a  
1518 Comissão de Saúde e isso está agendado para este trinta e um de maio por conta da força da Lei e  
1519 nós deveremos estar presentes. E isso que estou colocando, o Conselho tem que acompanhar esta  
1520 prestação de contas lá na Assembleia Legislativa. Então, aqui Mesa, eu estou solicitando  
1521 encaminhamento, agora, estou avisando hoje que dia trinta e um haverá esta apresentação na  
1522 Assembleia, e que sejamos alertados pelo Executivo das datas e os horários em que estarão  
1523 fazendo. Neste especialmente, vai ser feita a apresentação do Mauro Ricardo, que é da Secretaria  
1524 da Fazenda, do Relatório Quadrimestral de todo o Governo do Estado. Mas o Secretário da Saúde  
1525 terá que fazer isso na Assembleia Legislativa na Comissão de Saúde. Nós gostaríamos de saber da  
1526 Gestão, qual o horário, porque do Mauro Ricardo está marcado para oito e meia, nove horas.  
1527 Alertando os conselheiros e conselheiras que tem que estar lá na Assembleia para poder  
1528 acompanhar esta apresentação. Inclusive como pauta permanente que a gente vai construir.” **Sr.**  
1529 **Rangel (FEHOSPAR)** “Carminha.” **Sra. Carminha (SESA)** “Nós temos prestação de contas, ela é  
1530 um processo natural, a gente já tem isso integrado no nosso trabalho, assim como a prestação de  
1531 contas aqui nos Relatórios Quadrimestrais e depois, o Relatório Anual. A Lei prevê isso e é um  
1532 processo normal. São instâncias diferentes e sem nenhum problema. A gente faz isso com toda a  
1533 tranquilidade possível. Isso é periódico. A gente agenda com a Assembleia, de acordo com a agenda  
1534 deles. As vezes marca, às vezes a gente tem que fazer adequação em função deles, mas a gente  
1535 procura sempre cumprir o calendário, como aqui também, sempre dentro da legislação. Mas são  
1536 instâncias diferentes, a Lei prevê e a gente cumpre isso com toda a certeza. Viu. Isso é feito  
1537 regularmente. Eu não entendi a dificuldade, o que que... Você quer se seja informado aqui.  
1538 Informado a data. Não, ok. Sem problemas. A gente passa a data sempre que tiver marcado a gente  
1539 já passa a data. Essa data estava prevista, mas houve alteração e eu não tenho. Eles ficaram de  
1540 confirmar. Eu acho que assim que confirmar a gente passa para a Secretaria Executiva e para a  
1541 Mesa sem problema nenhum.” (Alguém informa sem microfone que não é mais no dia trinta e um).  
1542 **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “É que a data está prevista na Lei. Estava agendado e foi, não sei para  
1543 quando que foi. Por isso que estou perguntando. Carminha, não tem nenhuma dificuldade. A gente  
1544 sabe quais são as diferenças entre os Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. Mas o Conselho  
1545 de Saúde precisa acompanhar na Assembleia Legislativa essa apresentação. Não é dificuldade. Nós  
1546 inclusive, durante o Curso de Capacitação de Conselheiros, orientamos que os conselheiros dos  
1547 municípios acompanhem nas Câmaras Municipais essa prestação de contas. É importante que se  
1548 vá. É um exercício de cidadania. E com relação ao dia trinta e um, Guilherme, a gente tem agendado  
1549 o horário do Mauro Ricardo que vai fazer do Governo, Carlos Alberto Richa, todo dia trinta e um pela  
1550 manhã, a gente está perguntando para o Gestor, qual é o horário que a Secretaria de Estado da  
1551 Saúde fará a sua apresentação, porque ele tem que fazer pela Lei no dia trinta e um, é o prazo  
1552 máximo.” **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** “Carminha.” **Sra. Carminha (SESA)** “Estava agendado, mas em  
1553 função de circunstâncias deles, houve um pedido de alteração, dá até para mandar uma mensagem  
e a gente já verifica a data que ficou, mas a gente sempre organiza antes com cumprindo os prazos,  
tudo certinho. Vamos ver se a gente já tem a informação, avisa aqui e passa por *e-mail* para todo  
mundo.” **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)** “Só para deixar claro, avisa para o Pleno. A Mesa tinha sido

1554 comunicada pelo Secretário de Saúde, para um ocupante da Mesa participar da reunião. Então, a  
1555 Mesa Diretora foi convidada para participar do dia trinta e um de maio. Então, só para comunicar  
1556 vocês. Mas também, como Gestor eu sei que houve esta alteração por isso me precipitei em lhe falar  
1557 que eu sei que não é trinta e um de maio. A circunstância não sei, mas a Carminha já vai confirmar  
1558 para nós.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Fazemos assim, se conseguirmos  
1559 a confirmação da data agora ainda, no período da tarde, a Carminha já informa ao Guilherme e já  
1560 informamos ao Pleno. Se não for possível descobrir qual a data exata, nós encaminhamos por *e-mail*  
1561 a data da reunião na Assembleia. Mais alguma discussão sobre este assunto? Vencido? Sonia.” **Sra.**  
1562 **Sônia (REDE MULHERES NEGRAS)** “Uma sugestão, como a Gestão falou que ia um integrante da  
1563 Mesa, então eu sugiro que tire do Pleno um Usuário para estar acompanhando, que seja de Curitiba,  
1564 mas que vá um Usuário também.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Ok. Vamos  
1565 para o próximo item da pauta, aí a gente recebendo...” (vozes sem microfone). **Sra. Ana Lucia**  
1566 **(Escola de Saúde Pública)** “Eu queria saber se a gente antes de avançar, eu poderia esclarecer  
1567 aquelas questões dos dois projetos, para a gente já sair daqui com tudo certo. É assim, acho que a  
1568 gente está fazendo confusão porque o projeto pode ou não pode, quero saber se a Mesa permite, se  
1569 os conselheiros permitem, só para a gente não ficar com pendência para a próxima, pode?  
1570 Esclarecimento, pode? São dois projetos, um é com recurso do CES Paraná que é o da pesquisa,  
1571 outro é com recurso da Escola. A gente trouxe o outro, na verdade não foi para votação, porque não  
1572 dependia de aprovação, a gente trouxe como informe do que estamos fazendo, do que a gente se  
1573 propõe e da metodologia que a gente mudou. Eu queria saber se este é o entendimento de todo  
1574 mundo, se está tudo claro. E o do CES que é a pesquisa com recurso do Conselho, e que a gente  
1575 realmente precisa aprovar, é isso? Se está tudo entendido? Assim, a gente vai trazer novamente ele  
1576 todo finalizado e vai disponibilizar na página do Conselho.” **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** “Se me permite  
1577 Ana, não há nenhuma confusão da nossa parte, a gente entendeu perfeitamente que são dois  
1578 projetos e na fala da Joelma, na reunião passada, lá na linha oitocentos e vinte e um, ela diz o  
1579 seguinte: o Curso é do Conselho Estadual de Saúde, ela diz isso. Ela diz: bom dia a todos, aí  
1580 cumprimenta todo mundo e diz, olha, este Curso começou aqui dentro do Conselho, o Curso é do  
1581 Conselho. Então o Curso é de Conselho, é de vocês, é deste Conselho. Isso significa o quê? Tudo o  
1582 que é do Conselho, a Lei obviamente do Estado, porque a fonte de recurso, ela é única. Então, o  
1583 Conselho tem que apreciar. Ele tem que apreciar todas as questões que são colocadas, que  
1584 envolvem financiamento. E esse assunto veio trazido para cá, exatamente por quê? Eu também vou  
1585 explicar, porque me parece que há uma certa confusão. O próprio projeto de pesquisa diz, este  
1586 projeto de pesquisa, inclusive está na ata da nossa reunião de março, que quando a Sonia falou,  
1587 disse assim, este projeto de pesquisa ele vai dar a orientação, ele vai dar o subsídio, ele vai formatar  
1588 como base o próximo Curso do Conselho. Ok. A gente achou excelente a proposta, primeiro a gente  
1589 avalia qual foi a repercussão das primeiras etapas do Curso e depois a gente reformata naquilo que  
1590 os conselheiros entendem que seja importante ser reformatado ou não. De repente os conselheiros  
1591 não querem que reformate, eles querem que você aprofunde determinados temas, a gente não sabe,  
1592 qualquer inferência que eu fizer aqui será um exercício de futurologia, e eu não trabalho com essa,  
1593 se é que é uma ciência. Mas de qualquer maneira, com o que foi colocado em março, foi o que foi  
1594 colocado em abril e é o que está sendo colocado hoje. Então o Curso de Multiplicadores depende  
1595 desse projeto de pesquisa ser aplicado, ter seus resultados, que é algo que está colocado na pauta,  
1596 Marcia. Você está fazendo confusão, por favor, verifique as atas de março, abril para que você possa  
1597 ser esclarecida. O projeto é de Curso de Capacitação de Conselheiros, sim, tem que vir para o  
1598 Conselho apreciar, colaborar no processo e aprovar o processo.” **Sra. Ana Lucia (Escola de Saúde**  
1599 **Pública)** “O seguinte Olga, quando a Joelma fez aquela fala dizendo que o Curso é nosso, o Curso é  
1600 do Conselho, ela estava se referindo ao Curso que tinha terminado e aquele relatório que ela estava  
1601 trazendo de todas as turmas que foram feitas. Quando a gente fez a apresentação, a Carol estava  
1602 aqui e ao término da apresentação foi deixado muito claro que este Curso agora, é um outro Curso

1603 que ainda depende desta pesquisa, que é um Curso de Multiplicador e que é um Curso da Escola e  
1604 que a gente está trazendo para que os conselheiros apreciem e possam contribuir. Então assim, o  
1605 que estou colocando aqui, é que a gente quer muito que vocês apreciem, que vocês conheçam, mas  
1606 que vocês entendam que este Curso não se trata daquele Curso anterior. É um outro formato, tem  
1607 um outro foco, é um outro modelo e que o recurso utilizado para este Curso é da fonte da Escola,  
1608 não é daquele recurso que é do Conselho, era só isso que eu queria esclarecer. E que está sendo  
1609 discutido dentro da Comissão de Educação Permanente.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
1610 **(CREF9/Paraná)** “Pessoal, então assim, o Curso foi feito pelo Conselho Estadual que foi aprovado,  
1611 que foi discutido com pedido de vistas da Conselheira Olga. Aprovado, para fazer antes. Agora, nós  
1612 temos que aprovar na próxima reunião o estudo que foi feito. Este é um ponto. Acabou, vencido. Já  
1613 está resolvido. A outra questão, é o projeto que a Escola de Saúde Pública está desenvolvendo.  
1614 Esse projeto, o custeio dele, é pela Escola de Saúde Pública. Então, o custeio dele nós não  
1615 precisaríamos aprovar o custeio. O recurso. Porque não é recurso da Saúde. Porém, o projeto em si,  
1616 ele é em parceria com o Conselho. Isso é o que está registrado na ata, na fala que foi feita pela  
1617 apresentação. O projeto, cabe sim o Conselho discutir e colocar em aprovação o projeto. Que é isso  
1618 que a Conselheira Olga está pedindo. Então a gente pode, quando o projeto for finalizado, os  
1619 encaminhamentos dele, nós pautarmos aqui, fazemos uma nova apresentação, discutimos e  
1620 aprovamos o projeto. O custeio, cabe à Escola de Saúde Pública que não é o custeio do Conselho.  
1621 O Conselho vai questionar, perguntar sobre o custo, mas o custeio em si a gente não precisa  
1622 aprovar. Mas o projeto em si o Conselho precisa aprovar. Luiz Américo.” **Sr. Luiz Américo Delphim**  
1623 **(SINDIPETRO)** “Eu gostaria só de entender um pouquinho, não é. Já entendi tudo o que você falou  
1624 aí. Só quero saber aquele outro Curso, que era dado por integrantes do Conselho, nas outras  
1625 Regionais, sendo pago aula para conselheiros, esses troços, isso inclui?” **Sr. Marcelo Hagebock**  
1626 **Guimarães (CREF9/Paraná)** “Esse acabou em dois mil e dezesseis. Foi o que a Conselheira Joelma  
1627 prestou contas e é o que a gente discutiu com o pedido de vistas da conselheira Olga. Este já  
1628 encerrou.” **Sr. Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO)** “Encerrou e não vai ter mais? Conselheiro  
1629 nosso não vai mais dar aula então?” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Agora, aí  
1630 se os conselheiros irão dar aula, vai depender da Escola e do edital de inscrição do Curso de  
1631 Capacitação do projeto. Não vou afirmar nem que sim nem que não, porque...” **Sr. Luiz Américo**  
1632 **Delphim (SINDIPETRO)** “Eu pediria para a Ana que é da Escola, fazer o máximo possível para use  
1633 toda a tua energia para que não convoque conselheiros para dar aula, porque não, pelo que está  
1634 andando na carruagem, amanhã, depois alguns conselheiros terão que responder na justiça porque  
1635 estão prestando serviços para o Estado aqui e recebendo do Estado. E aí, não vão dizer que a gente  
1636 não avisou. Muito obrigado.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** “Ok. Vamos  
1637 deixar esta discussão ou então, o Luiz Américo fez uma sugestão, mas quando o projeto for pautado,  
1638 a gente faz essa discussão, senão a gente não vai avançar. Era um assunto que a gente havia  
1639 encerrado, a Ana só fez os esclarecimentos em relação ao custo do outro Curso. Vamos avançar, ok  
1640 pessoal? Todos esclarecidos, em relação às duas situações? Próximo item de pauta, sobre o Dia  
1641 Nacional de Hanseníase. A Carminha que vai fazer uma fala.” **Sra. Carminha (SESA)** “O Diretor  
1642 Geral tinha pedido esta pauta e ele teve que se ausentar e pediu para que eu fizesse aqui para todos  
1643 os conselheiros a informação de que hoje, dia vinte e seis de maio a Secretaria está comemorando o  
1644 Dia Estadual para Conscientização, Mobilização e Combate à Hanseníase. É um dia de lembrança e  
1645 de memória, de todo um trabalho que está sendo feito e que vem sendo feito aqui no Paraná, de  
1646 combate, de conscientização e de mobilização sobre a Hanseníase. Nós temos neste dia, também,  
1647 comemoração dos noventa anos do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, o antigo  
1648 Leprosário São Roque e está sendo feito lá, a inauguração, se eu for ler tudo vai demorar, por isso  
1649 estou procurando aqui o que eu anotei. Justamente, neste dia, hoje, é comemorado por ser o  
1650 nascimento do médico Hanseniólogista Dr. Germano Dapri, que atuou com grande dedicação ao  
1651 combate desta doença em todo o nosso Estado. E lembrando que o Estado do Paraná, ao contrário

1652 de grande parte do país, não apresenta elevado número de doentes, sendo o sexto no país em  
1653 menor número de casos, no ano de dois mil e dezesseis foram registrados quinhentos e oitenta e  
1654 quatro casos de Hanseníase no Paraná, e destes, duzentos e quarenta e sete apresentam algum  
1655 grau de incapacidade física, no momento de diagnóstico, indicando que o mesmo ocorreu  
1656 tardiamente. Ou seja, existe uma necessidade premente de conscientização, mobilização quanto a  
1657 ocorrência da doença no Estado, tanto pela população quanto para os demais profissionais de  
1658 saúde. Então é esse o recado que a gente gostaria de dar.” **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães**  
1659 **(CREF9/Paraná)** “Obrigado Carminha. Alguém quer fazer alguma colocação sobre este assunto?  
1660 Então, vamos para nosso último item da pauta, Comissões. Nós tínhamos três Comissões que se  
1661 inscreveram, Comissão de Ética, Comissão de Acesso ao SUS e Comissão de Vigilância em Saúde  
1662 e DST AIDS. Comissão de Ética, a Rita.” **Sra. Rita (HU-Londrina)** “Como vocês sabem, no começo  
1663 do ano foi composta a Comissão para elaboração do Regimento Interno da Comissão de Ética do  
1664 Conselho, por meio da Resolução CES PR zero três dois mil e dezessete. Só para vocês lembrarem  
1665 ela é composta pelo S. Alceu, S. Ângelo, Amauri Ferreira, Marcia Zambrim, a Elfe, a Palmira, a  
1666 Carminha e eu. Nós nos reunimos no dia trinta de março, tivemos a nossa primeira reunião ordinária,  
1667 na qual nós elegemos, coordenador e relator. Eu como coordenadora da Comissão, o coordenador  
1668 adjunto o Amauri, a relatora a Elfe, e a relatora adjunta a Carminha. Nesta primeira reunião, como  
1669 nós temos um ano para fazer este trabalho, fizemos o cronograma das reuniões. Nós vamos nos  
1670 reunir todas as vésperas da reunião do Conselho, à tarde. Do mês de maio até fevereiro do ano que  
1671 vem, com uma carga horária de reunião de três horas dia. E logo que começamos a trabalhar, o Sr.  
1672 Ângelo fez um documento em que a gente a partir dele vai trabalhar. Estamos buscando as  
1673 referências utilizadas por ele neste documento, para a gente não incorrer na questão do plágio. Mas  
1674 aí, eu trouxe uma questão que até discuti com algumas pessoas e acho interessante. Porque a  
1675 Resolução do CES que aprova o Regimento Interno do CES, a cinquenta e sete dezesseis, diz no  
1676 capítulo segundo, das atribuições e competências, no artigo quinto, são atribuições de competência  
1677 do CES PR , na linha cinquenta e nove, elaborar o Código de Ética dos Conselheiros do CES  
1678 Paraná, estabelecendo princípios éticos e procedimentos de apuração e responsabilização em  
1679 relação ao seu desempenho. Neste mesmo documento, no capítulo três que fala da estrutura e  
1680 organização, na sessão quatro, das Comissões, ele estabelece a Comissão de Ética como uma  
1681 Comissão Permanente. No artigo dezessete, ele fala que é a Comissão de Ética será regulamentada  
1682 por um Código de Ética próprio. **(F10)** e no décimo oitavo é ele fala da constituição dessa Comissão  
1683 e aí a nossa pergunta é: a nossa Resolução que institui essa Comissão ela aprova a composição  
1684 para a elaboração do Regimento e o Regimento do Conselho fala de Código de Ética que são duas  
1685 coisas diferentes, Regimento é como a Comissão de Ética vai trabalhar, o Código de Ética é o  
1686 documento pelo qual a Comissão vai ser norteadas que é da onde vai falar da responsabilização, da  
1687 apuração, dos princípios éticos que o Conselheiro tem que seguir, então, na verdade eu trouxe este  
1688 questionamento porque eu fiz este questionamento com Carminha, fiz com Palmira, só não fiz com o  
1689 Senhor Ângelo porque ele estava na reunião do Pleno. Porque são dois trabalhos diferentes. Esta  
1690 Comissão tem competência para fazer os dois, mas naquele momento no que diz a nossa Resolução  
1691 é para a constituição do Regimento, ou seja como é que esta Comissão vai funcionar mas vai  
1692 funcionar em cima de que documento, em que documento ela vai se pautar, então são dois  
1693 documentos que esta Comissão precisa redigir, então isso precisa ser ratificado, uma coisa é uma  
1694 coisa, outra coisa é outra coisa, não sei se me fiz entender porque acostumada em trabalhar com  
1695 comissão de ética, porque a gente tem que ter o documento, embora o Regimento diz o que é o  
1696 papel de cada um, mas nós temos que ter esse documento redigido até, porque nós temos que  
1697 estabelecer critérios para eleição dos membros dessa Mesa, o comportamento e aí é uma coisa que  
1698 vai muito de um trabalho realmente sério que essa Comissão e de ampla responsabilidade que essa  
1699 Comissão tem, nós não somos a Comissão, nós somos da Comissão para elaborar, fique bem claro  
1700 isso. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** Eu concordo com você Rita e inclusive para a gente elaborar

1701 o Regimento, o Regimento Interno dessa Comissão a gente precisa da forma como você falou, nós  
1702 precisamos do Código de Ética para poder nortear, então esse é o primeiro papel da Comissão,  
1703 fazer o Código de Ética e depois fazer o Regimento Interno dessa Comissão. **Sra. Rita (HU-**  
1704 **Londrina)** Como ela vai funcionar, como ela vai abordar aquele Código para ver o que vai ser feito.  
1705 **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Então só para ficar esclarecido para eu ver se  
1706 entendi bem, nós precisamos então, teoricamente de uma Comissão para fazer o Código de Ética e  
1707 uma Comissão para fazer o Regimento? **Sra. Rita (HU-Londrina)** Não. A mesma Comissão tem que  
1708 fazer uma retificação nos dois documentos. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)**  
1709 Calma, não estamos fazendo nada aqui ainda, não estamos elegendo ninguém. Uma Comissão para  
1710 fazer o Código de Ética e uma Comissão para fazer o Regimento, para fazer dois documentos. **Sra.**  
1711 **Rita (HU-Londrina)** A mesma Comissão deve fazer os dois documentos, é isso que tem que fazer. A  
1712 Resolução fala, só nos dá uma atribuição, tem que retificar dizendo que ela tem as duas atribuições  
1713 **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** É que eu estou querendo encaminhar, mas eu  
1714 estou perguntando se a gente teoricamente mesmo que sejam os membros, porque senão a gente  
1715 pode fazer uma nova Resolução para não ter que fazer a ratificação, com os mesmos membros, só  
1716 que nós precisamos travar isso no Pleno, eu não posso fazer a Resolução sem o Pleno debater, por  
1717 isso que eu perguntei, teria que ter, pode ser os mesmos membros, não tem problema, se acalmem,  
1718 seria uma Comissão para o Regimento e uma Comissão para o Código de Ética, confere? É isso? Aí  
1719 sim, eu já tinha falado para o Guilherme antes de você falar, que a condução da Mesa seria se o  
1720 Pleno entender que a gente faça esta Comissão para fazer os dois documentos, podemos até fazer  
1721 como uma eleição com uma Comissão de outro nome para não ficar...então a gente ratifica então,  
1722 não tem problema, aprova o Pleno então. **Sr. Guilherme (FUNSAÚDE)** Só uma proposição de  
1723 encaminhamento. Uma proposição de qual é a atribuição da Comissão. É a elaboração do Código,  
1724 então, ótimo. Em regime de votação quem aprova a adequação por favor, aditivo, adequação,  
1725 ratificação, por contraste. Votos contrários, abstenções, aprovado **Sr. Manoel (Sindinap)** Eu só  
1726 quero contribuir porque essa comissão foi elaborada, foi aprovada por este Pleno e eu estou  
1727 sabendo o Alceu já não faz mais parte do Conselho, então nós temos que pensar em uma  
1728 substituição do Alceu, porque não é nem suplente, não faz mais parte, então eu acho que ele não  
1729 tem como permanecer. **Sr. Ângelo Barreiros (CONAM)** Só esclarecendo, questão do Alceu, o Alceu  
1730 é membro da Fecampar, é que nós temos várias entidades, entre elas a Famopar, Conam, etc e ele  
1731 não está ausente, ele ainda é Conselheiro, hoje está aqui o suplente dele, é que ele está com  
1732 problema de saúde com a esposa ou com a mãe, por isso que ele não está participou o mês  
1733 passado e este mês, ele está com problema de saúde familiar e daí o suplente dele está se fazendo  
1734 presente no Conselho que é o Sr. Joarez, correto Sr. Joarez, ah, está no lugar da Livia, seria o Sr.  
1735 Ivo aqui de Curitiba, ele está fazendo parte, hoje ele não veio, mas no mês passado ele esteve  
1736 presente. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Pessoal, a Secretaria Executiva  
1737 entra em contato com a entidade para verificar se a entidade, qual o artigo do Regimento? **Sra.**  
1738 **Palmira (FESMEPAR)** Eu não sou um computador, só que no Regimento tem diz em relação ao  
1739 número de faltas dos Conselheiros, vale lembrar que a entidade, ela...o Conselheiro pode ter o  
1740 número de faltas sem justificativas para se encaminhar à entidade para estar solicitando né uma  
1741 substituição à vacância, só que nós tivemos só duas reuniões da Comissão de Ética, o Alceu  
1742 participou da primeira, ele só não participou dessa, então nós não podemos sem saber e sem ter  
1743 conhecimento se ele vai ser substituído ou não pela vacância em sua Comissão numa subcomissão  
1744 substituição numa Comissão onde nós tivemos apenas duas reuniões, então isso é uma que eu acho  
1745 desnecessária neste Pleno hoje. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Justamente é  
1746 isso Palmira, eu solicitei para que eles entrassem em contato com a entidade, somente por isso. **Sra.**  
1747 **Palmira (FESMEPAR)** Só um pouquinho, eu acho assim, que a Secretaria Executiva não tem que  
1748 estar entrando em contato nesse momento com a entidade porque ele não feriu em nenhum  
1749 momento o Regimento Interno desse Conselho ainda. Como que nós vamos colocar a carroça na

1750 gente dos bois, vamos desgastar uma pessoa ue está num período, num processo de doença, de  
1751 recuperação é uma coisa assim: uma, duas faltas não tem substituição. **Sr. Marcelo Hagebock**  
1752 **Guimarães (CREF9/Paraná)** Não é pedir a substituição, eu vou encerrar a discussão porque não vai  
1753 para a frente, tá? Vamos para o próximo item de pauta que é a Comissão de Acesso. **Sr. Manoel**  
1754 **(Sindinap)** Coordenador da Comissão de Assistência e Acesso ao SUS. De fato, A Comissão de  
1755 Assistência e Acesso ao SUS está solicitando deste Pleno a aprovação de uma Comissão paritária  
1756 para acompanhar uma demanda do Hospital da Lapa, Hospital São Sebastião da Lapa sobre uma  
1757 denúncia do Conselho Municipal de Saúde que enviou a esta Comissão, já discutimos inclusive com  
1758 os servidores, né lá desse Hospital com o pessoal do Sindicato e do Conselho e ontem na nossa  
1759 Comissão então houve uma sugestão de criar uma Comissão para visitar esse Hospital para de fato  
1760 tirar todas as dúvidas, porque num primeiro plano foi convidado o Conselho e esteve em nosso  
1761 Pleno, lá na nossa Comissão, fez as suas justificativas. A Comissão aprovou para que viesse os  
1762 representantes do Hospital, eles também vieram e discutiram quando foi ontem, veio já os  
1763 representantes do Conselho, os representantes dos servidores e diretores do Hospital aonde fizeram  
1764 uma discussão, assim mesmo não chegou a um denominador comum, aí a Comissão achou por  
1765 bem, a pedido da Conselheira para criar uma Comissão, para que essa Comissão paritária visite o  
1766 Hospital para tirar as dúvidas e trazer para a Comissão. Então eu só simplesmente vou colocar o  
1767 nome dessas que ontem ficou indicada para fazer parte dessa Comissão, essa Comissão foi  
1768 indicada ontem na Comissão e estamos trazendo hoje para o Pleno para ser aprovada, ela é  
1769 composta pelos seguintes nomes: Maria do Carmo de Oliveira da SESA, Sonia Aparecida Pinheiro  
1770 Pereira Rede Mulheres Negras, Clarice Siquidos Santos Pastoral da Criança, Elaine Rodella  
1771 SindSaúde, agora é bom esclarecer porque apesar que a Elaine ela está sempre permanente na  
1772 nossa reunião da Comissão, mas ela não é Conselheira e no Regimento quando demanda recurso  
1773 para sair embora sendo perto que é a Lapa, que é pertinho aqui rapidinho mas demanda então ter ou  
1774 não ter a despesa, mas a Elaine já colocou dizendo que não vai ter despesa, que ela vai por conta  
1775 própria, então fica esses nomes com a Elaine representando os trabalhadores pela saúde nessa  
1776 Comissão, está bom? Então estou justificando para depois não falar que ela não é Conselheira e  
1777 está sendo paga e tal. Entendeu, deixar bem claro que ela já se comprometeu, que ela faz para a  
1778 Comissão e ela vai por conta própria, certinho? Então eu só peço a aprovação dessa Comissão para  
1779 depois vocês vão elaborar o dia, aí já é outra coisa, está bom, obrigado! **Sr. Rangel (FEHOSPAR)**  
1780 Então vamos lá pessoal, conforme foi solicitado pelo Senhor Manoel da Comissão de Acesso ao  
1781 SUS aprovação para essa Comissão, então é a Carminha, a Sonia, Clarice e Elaine vamos colocar  
1782 em votação, favoráveis. Por contraste, contrários, abstenção, nenhuma abstenção, nenhum  
1783 contrário, aprovado pela maioria. A Comissão de Vigilância em Saúde e DST/AIDS, Amauri **Sr.**  
1784 **Amauri Lopes (ANEPS)** A gente acabou acelerando o processo e fizemos a apresentação do  
1785 Relatório, mas a gente tem que dizer a todos que a questão da AIDS que foi colocado aqui  
1786 brilhantemente pelo Sezifredo, nós precisamos pautar mais neste Conselho e nós temos algumas  
1787 novidades que está acontecendo no Brasil e o Brasil sempre deu uma resposta, inclusive mundial.  
1788 Essa questão dos jovens é algo que nos preocupa bastante e eu acho que cabe sim na Comissão a  
1789 gente estar retornando essas questões mas ainda nós temos a PEP que é quando a pessoa tem  
1790 acesso à medicação mediante as circunstâncias de vida que ela se encontra. As pessoas estão  
1791 chamando da pílula do dia seguinte, então nós precisamos debruçar nisso sim, são novas  
1792 tecnologias que estão aparecendo para nos ajudar no enfrentamento. E eu vou aproveitar Mesa e  
1793 Conselheiros e Conselheiras dizendo que nos causa bastante constrangimento, eu vou colocar  
1794 dessa maneira, o Paraná está sediando o Décimo Primeiro Congresso de HIV/AIDS e o Quarto  
1795 Congresso de Hepatites Virais com o tema: Prevenção Combinada Multiplicando Escolhas que vai  
1796 acontecer agora de vinte e seis a vinte e nove de setembro de dois mil e dezessete em Curitiba o  
1797 mundo inteiro vai estar falando de AIDS dentro do nosso Estado e o Controle Social não vai estar  
1798 presente. Nós conseguimos fazer uma “costura” junto ao movimento luta contra a AIDS do Brasil e

1799 conseguimos trazer uma reunião do Comitê de Articulação do Movimento Social e o Ministério da  
1800 Saúde para Curitiba, então a gente garantiu que alguns companheiros do Brasil estivessem aqui, os  
1801 Senhores e Senhoras sabem que o Congresso é caro e quem não está concorrendo tem toda uma  
1802 dificuldade, mas nós não podemos nos furtar de não estar participando, eu vou pedir  
1803 encarecidamente à Mesa e a cada um de nós aqui que pensem nisso e vamos tentar ver se a gente  
1804 consegue uma representação seja ela de Curitiba, seja ela da Região Metropolitana, seja ela do  
1805 Estado do Paraná, mas nós precisamos estar lá. O Congresso quando acontece, são várias pessoas  
1806 que detém aquela informação, aquela expertise e nós precisamos estar no meio. O Ministério está  
1807 fornecendo para os Fóruns de ONG AIDS do Brasil, eu represento o Fórum da Região Sul, Santa  
1808 Catarina que é a articulação, o Fórum do Rio Grande do Sul e o Fórum do Paraná, nos colocando  
1809 dentro da vila social e vai ter vários estandes, e então é algo que acontece, alguns dos Senhores  
1810 estiveram na Paraíba ano passado, há dois anos atrás e agora acontecendo em Curitiba, eu peço  
1811 encarecidamente que a gente repense aí uma maneira, a gente sabe que estamos aí com as contas  
1812 todos pegando, pegando nos pés da gente até com alimentação e o nosso suplente, agora a gente  
1813 não pode cessar o Controle Social, ainda mais quando se fala de AIDS, era isso que eu precisava  
1814 falar. Obrigado. Amauri, em relação ao Evento, **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)**  
1815 Como eu conversei com você já para ficar registrado o Controle Social por enquanto não será  
1816 representado porque não foi convidado para participar. Então você como representante do Fórum e  
1817 das entidades das pessoas convivendo e vivendo com HIV/AIDS, envie para a Secretaria Executiva  
1818 e a gente vai tentar viabilizar a participação de um representante no Evento. **Sr. Amauri Lopes**  
1819 **(ANEPS)** Vamos costurar democraticamente Senhor Presidente, vamos ver as disponibilidades  
1820 porque é um período bastante... vinte e seis a vinte e nove, então a gente precisa saber das agendas  
1821 das pessoas, setembro, setembro, quando setembro vier e fico pensando assim, que a gente poderia  
1822 estar escolhendo, eu com certeza gostaria que cada um de nós estivesse lá dentro, agora se eu for  
1823 fazer essa escolha e não tiver limite eu vou levar todo mundo, então vamos ver as agendas e vamos  
1824 ver quem se propõe, né. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Primeiro a gente tem  
1825 que saber do convite oficial... a gente não pode eleger alguém se não foi convidado ainda, então  
1826 mande o convite como é em setembro aí a gente recebe o convite e tenta pautar na reunião de julho  
1827 para ver se a gente consegue indicar alguém, se a gente não é convidado, eu não posso mandar  
1828 ninguém se a gente não é convidado. **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** Eu vou pedir auxílio ao Maurício  
1829 da Executiva que nos ajude porque quem está organizando todo o Evento é o Ministério da Saúde e  
1830 nessas horas a gente tem que usar sim os nossos canais de comunicação aí, ok? Obrigado. **Sr.**  
1831 **Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Bom pessoal, da pauta então fechamos, alguém,  
1832 alguma colocação, a Olga? **Sra. Olga (SINDSAÚDE)** Sim. Eu fui indicada pelo Conselho para  
1833 participar do Fórum Estadual Contra o Uso de Agrotóxicos no Paraná, nós tivemos uma, isso foi  
1834 discutido no Plenário Marcelo, acho que você era já Conselheiro, foi no ano passado e nós tivemos  
1835 um Evento mês passado para discutir uma pesquisa que foi feita comparando uma indústria do Norte  
1836 do Paraná com uma do Mato Grosso e essa pesquisa levantou para nós todo o peso que tem o  
1837 capital que vende, comercializa os venenos fazendo com que a população paranaense seja dentro  
1838 dos vinte e sete Estados, a que mais come venenos na alimentação, então existe um programa  
1839 estadual de redução de uso desses venenos na agricultura e a gente gostaria de pedir pauta para  
1840 que isso seja apresentado, tem participação do Ministério Público, do Meio Ambiente, a Secretaria  
1841 de Estado da Saúde, o Controle Social, Secretaria do Meio Ambiente, então é um fórum  
1842 intergovernamental, intersetorial, interdisciplinar e nós gostaríamos que eles viessem aqui, elas na  
1843 verdade, viessem aqui e apresentassem o Programa, então é isso que a gente está pedindo como  
1844 pauta já para a próxima reunião. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Conselheira  
1845 Olga, como informe a Mesa já se antecipou e já tem como item de pauta o Programa Estadual para  
1846 Redução dos Agrotóxicos e Fertilizantes Químicos, confere? Já está pautado para a próxima  
1847 reunião, já sabia que você ia pedir isso, hein, já sabia, muito tempo de convivência, né Olga, a

1848 Carminha pediu a palavra. **Sra. Carminha (SESA)** Eu gostaria de lembrar a todos sobre a  
1849 Conferência que nós vamos ter no dia treze de junho, que é a Conferência de Saúde da Mulher, em  
1850 especial acho que são vinte e cinco Conselheiros, né Maurício que participaram, vinte e cinco  
1851 Conselheiros que participaram das Conferências, que por favor, estejam conosco, eu e a Terezinha  
1852 estamos mais próximas aqui de Curitiba e temos estado muito junto com o pessoal da Secretaria  
1853 Executiva e eu queria dizer aqui para todos os Conselheiros que eles têm trabalhado bastante, tem  
1854 muito trabalho né Terezinha, o Maurício, a Carla, o Fabio tem sido incansáveis em fazer no dia a dia  
1855 o cotidiano que eles tem e tem muita coisa, na verdade eles são... Maurício e Carla, o Fabio que  
1856 trabalha só meio período e eles têm demonstrado bastante, muito conhecimento, muito empenho e a  
1857 gente tem colaborado para isso e creio que o desenvolvimento dessa Conferência também vai  
1858 facilitar na Conferência de Vigilância em Sanitária que vem na sequência, muitos problemas com  
1859 licitação, muitos problemas e a gente tem procurado ajudar ali na medida do possível, mas a minha  
1860 fala aqui é para aqueles Conselheiros que puderem no dia doze nos ajudar, que estiverem aqui no  
1861 dia doze e puderem nos ajudar na montagem lá que vai precisar, das pastas, as pastas a gente já  
1862 vai deixar pronto, mas no dia doze vai precisar e no dia treze também, na hora de chamar as  
1863 pessoas para ir para o credenciamento, tomar o café e principalmente entrar nas salas, obrigada era  
1864 isso. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** Melissa. **Melissa (CREFITO8)** Eu só queria dar um informe sobre  
1865 aquele curso do *Mindfulness* que foi sugerido pela Nanci do CEST e que eu estou participando, são  
1866 oito encontros, já foram três, toda segunda-feira e eu achei muito interessante porque ele trabalha  
1867 muito o termo *Mindfulness* que é o termo usado para a atenção plena e eu só queria trazer para o  
1868 Conselho que eu achei muito interessante essa metodologia. Ela é um tipo de meditação, mas não é  
1869 aquela meditação que a gente conhece de relaxamento, de esvaziar a mente, não. É uma meditação  
1870 para se conhecer. E o tópico específico do que a Nanci está passando é justamente para a  
1871 diminuição do *stress* que eu acho que hoje impera nessa nossa sociedade e eu estou achando muito  
1872 interessante, eu gostaria de convidar mais Conselheiros para participar. Toda segunda-feira, oito e  
1873 meia, lá no CEST da Barão. Obrigada. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** Sonia. **Sonia (Rede de Mulheres**  
1874 **Negras)** Na mesma linha da Carminha também agradecer o empenho da Carminha, do Maurício, da  
1875 Executiva da Secretaria e nós enquanto organização, a Comissão da Conferência porque não foi  
1876 fácil, sobrecarregaram eles, porque nós somos dos municípios do interior e não tivemos muito, quem  
1877 trabalhou mais enquanto técnicos foram eles, então agradecer a Carla também que nos momentos  
1878 de dados, de números que a gente precisava, em questões de minutos ela já estava com os  
1879 números para a gente, então agradecer a contribuição dela, do Maurício, da Carminha, de todos nós  
1880 da Comissão e para te dar mais um trabalhinho Maurício, tem como você passar para nós  
1881 Conselheiros a listagem dos Conselheiros que vão participar da Conferência, depois por e-mail, por  
1882 favor? Então, tá. Obrigada. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Mais alguém  
1883 pessoal com informe? Seu Manoel? Tem mais alguém? Então o seu Manoel faz o seu informe e a  
1884 gente encerra. **Sr. Manoel (Sindinap)** Eu pedi a palavra só para justificar, porque quando eu falei  
1885 aqui no nome do Alceu, houve essa confusão, entendeu, aí a colega falou que pode faltar três vezes,  
1886 que está no Regimento. No Regimento eu entendo. Eu fico tão chateado que a Comissão de  
1887 Regimento, entendeu, e o Amaury está aí de prova terminou com três pessoas na Comissão, então  
1888 quando você se prontifica a entrar numa Comissão que não tem suplente, essa pessoa tem que ver  
1889 primeiro, a não ser que seja doente, por algum motivo não vou justificar, então tem que trazer a  
1890 justificativa e o motivo porque não está participando, porque se a Comissão for formada por  
1891 quatro, tem que ter os quatro porque se faltar dois, são dois, daqui a pouco tem uma Comissão não  
1892 é mais paritária e eu estou vendo aqui todo o dia, o Maurício fazendo justificativa de colega, seis,  
1893 cinco justificativa que não está vindo, é um absurdo o que está acontecendo, então não vou defender  
1894 não, desse Regimento eu entendo, quando eu falei, eu estou pedindo desculpa de ter falado o nome  
1895 do cidadão, tudo bem, eu estou pedindo desculpa, mas não vai justificar que a pessoa pode justificar  
1896 duas, três vezes, porque eu não quero uma Comissão “furada” como aconteceu com a Comissão do

1897 Regimento, por isso que eu estou falando, porque eu não quero que amanhã, depois chega aqui o  
1898 Coordenador da Comissão, que nem o Amaury falou: fizemos uma reunião em três porque faltaram,  
1899 então por isso que eu estou falando, então não adianta falar, porque de Regimento eu entendo.  
1900 Muito obrigado. **Sr. Marcelo Hagebock Guimarães (CREF9/Paraná)** Ok, pessoal. Então quero  
1901 agradecer pela compreensão de todos para que a reunião fosse dentro de um respeito, de uma  
1902 ética, uma pauta que achei que não íamos vencer, porque crescemos uns quatro, cinco, itens além  
1903 do planejado, vencemos não só dentro do horário, mas com bastante folga. Obrigado, parabéns a  
1904 todos os Conselheiros, boa viagem aos que vão retornar para as suas residências, um bom final de  
1905 semana e até junho. O áudio desta reunião está disponível para consulta na Secretaria Executiva do  
1906 Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nesta  
1907 reunião estão disponibilizadas no *site* do CES/PR ([www.conselho.saude.pr.gov.br](http://www.conselho.saude.pr.gov.br)).